



O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro iniciada a segunda reunião conjunta de audiência pública de 2013, com a participação das seguintes Comissões: da Câmara dos Deputados, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, bem como a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; do Senado Federal, Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle; e por parte do Congresso Nacional, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O tema a ser debatido será a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetárias, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central, referentes ao primeiro semestre do exercício de 2013, em atendimento ao estabelecido no disposto no § 5º, do art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Convidado o Sr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil. Anuncio também a presença de autoridades do Banco Central do Brasil: o Diretor de Administração, Sr. Altamir Lopes; o Diretor de Relacionamento Institucional e Cidadania, Sr. Luiz Edson Feltrim; o Procurador-Geral, Sr. Isaac Sidney Menezes Ferreira; o Chefe de Gabinete da Presidência, Sr. Otavio Ribeiro Damaso; o Chefe de Assessoria de Imprensa, Sr. Gustavo Paul Kurrle.

Convido o Deputado José Priante para conduzir o Presidente do Banco Central e sua equipe a este Plenário. *(Pausa prolongada.)*

Seja bem-vindo, Dr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central. É uma honra tê-lo aqui fazendo parte desta Mesa, bem como toda sua assessoria. *(Pausa.)*

Dr. Alexandre Tombini, tenho a satisfação de passar a palavra a V.Exa. para que possa fazer seu pronunciamento, nesta audiência pública regimental, no dia de hoje, quarta-feira, dia 18 de setembro. Com a palavra o Sr. Presidente.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Exmo. Senador Lobão Filho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Exmos. Deputados e Senadores aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sr. Presidente, licença por um minuto. Eu peço que o Deputado Ângelo Agnolin, Presidente da Comissão de



Desenvolvimento, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, faça parte desta Mesa. *(Pausa.)*

Pois não, com a palavra, Presidente.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Exmo. Sr. Deputado Ângelo Agnolin, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, Exmos. Srs. Senadores e Deputados aqui presentes, senhoras e senhores.

Estou aqui, mais uma vez, na condição de Presidente do Banco Central do Brasil, em atendimento ao mencionado no § 5º, do art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal —, para discorrer sobre o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, e sobre o impacto e o seu custo fiscal dessas operações e resultados demonstrados no balanço do Banco Central do Brasil, referentes ao primeiro semestre de 2013.

Antes de dar continuidade, quero informar que estamos distribuindo aos Exmos. Srs. Parlamentares um conjunto de transparências de eslaides, com resumo da apresentação e alguns dados para referência de V.Exas.

O Banco Central do Brasil apresentou resultado positivo de 17 bilhões e 700 milhões de reais, no primeiro semestre de 2013. Como determina a lei, o resultado apurado no primeiro semestre de 2013, deduzida a Reserva de Resultado constituída, foi transferido em setembro ao Tesouro Nacional.

O resultado apurado com a administração das reservas internacionais e com os derivativos cambiais, os chamados *swaps*, totalizou resultado positivo de 15 bilhões e 800 milhões de reais. De acordo com a legislação em vigor, esse resultado é compensado por meio de operação específica de equalização cambial com o Tesouro Nacional, não impactando o resultado consolidado do Banco Central. Como foi positivo esse resultado, esse montante foi transferido ao Tesouro Nacional, atendendo a preceitos legais.

A propósito, diante das condições de mercado, o Banco Central, após ter liquidado todas as suas posições com *swap* cambial, no final de março de 2013, voltou a realizar os leilões desse instrumento, acumulando posição vendida de câmbio, no montante equivalente a 25 bilhões e 200 milhões de dólares ao final do



primeiro semestre de 2013. A utilização desse derivativo cambial tem se mostrado importante instrumento de política para reduzir a volatilidade, prover liquidez aos mercados e proteção cambial aos agentes econômicos, assim como corrigir disfunções no mercado cambial brasileiro.

Por fim, para concluir as minhas considerações sobre as demonstrações financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao primeiro semestre de 2013, quero ressaltar que o relatório da auditoria independente foi emitido sem qualquer ressalva e que as citadas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, em setembro de 2013.

Exmos. Srs. Senadores e Deputados, a seguir, eu gostaria de abordar o cenário econômico internacional. Esse cenário, como todos sabemos, está sujeito à alta volatilidade nos últimos meses. Gostaria também de discorrer a respeito de como o Brasil se preparou para este momento de transição e como está atuando o Banco Central do Brasil para assegurar a estabilidade da economia e do sistema financeiro, neste novo ambiente.

Em relação ao cenário internacional, o principal destaque é o processo de transição em curso na economia mundial. Diga-se de passagem, essa transição é positiva, pois significa que a recuperação da maior economia do globo está ganhando força. E isso representará à frente maior crescimento da economia global e do comércio internacional.

Nos últimos 5 anos, o mundo conviveu com a flexibilização das condições monetárias nas economias avançadas. A política monetária convencional foi ao extremo, com taxas de juros próximas a zero, naquelas economias. Além disso, foram adotadas várias iniciativas não convencionais, como, por exemplo, a injeção direta de liquidez nos respectivos sistemas financeiros.

No entanto, o processo de normalização das condições monetárias nas economias avançadas já se iniciou. A comunicação do Banco Central dos Estados Unidos, parte integrante desse processo, tem mudado desde maio do corrente ano, e essa mudança se refletiu nas variáveis financeiras. Os mercados, por sua vez, se anteciparam aos fatos e os preços dos ativos financeiros se tornaram mais voláteis, oscilando ao sabor de cada dado sobre o ritmo e a atividade da economia dos Estados Unidos.



As economias emergentes foram as mais impactadas por esse aumento da volatilidade. No entanto, o Brasil se preparou para essa transição. O sistema financeiro está sólido, com elevados níveis de capital, liquidez e provisões. E o Banco Central está adotando as providências necessárias para assegurar a estabilidade do sistema financeiro e da economia e o bom funcionamento dos mercados.

No Brasil, nos últimos anos, observamos uma mudança na composição dos ingressos de recursos estrangeiros, com o aumento dos capitais de mais longo prazo e a moderação dos capitais de curto prazo. Essa recomposição tem sido importante, especialmente nesse momento de maior volatilidade dos mercados financeiros internacionais. A propósito, desde que a volatilidade aumentou, em meados de maio deste ano, continuamos observando o fluxo positivo tanto de investimento direto quanto de portfólio, inclusive com o aumento da participação de investidores estrangeiros na dívida mobiliária pública interna.

Além disso, ao longo dos últimos 2 anos, continuamos ampliando nosso colchão de segurança e de liquidez. Adicionamos quase 90 bilhões às nossas reservas internacionais, que hoje já ultrapassam 370 bilhões de dólares.

Esse colchão permite ao Banco Central, nesse período de transição, marcado por níveis mais elevados de volatilidade e pelo aumento da aversão ao risco, ofertar proteção aos agentes econômicos e liquidez aos diversos segmentos do mercado de câmbio brasileiro.

Em 22 de agosto, o Banco Central do Brasil anunciou o programa de leilões de *swap* cambial e de venda de dólares com compromisso de recompra.

Semanalmente, pelo menos até o final deste ano, realizaremos leilões de *swap* cambial no montante de 2 bilhões por semana e de venda de divisas com compromisso de recompra, no total de 1 bilhão de dólares também semanalmente. Como já dissemos, se necessário, realizaremos operações adicionais.

Esse programa, além de conferir previsibilidade, ofertará aos agentes econômicos proteção cambial superior ao equivalente a 100 bilhões de dólares, se considerarmos todas as operações já realizadas até o momento.

Esse programa tem mostrado resultado positivo. Trouxe tranquilidade aos agentes econômicos, que sabem que terão acesso à proteção cambial caso



necessitem. Com isso, a nossa moeda, o Real, apreciou quase 8% em relação ao dólar norte-americano, desde o lançamento do programa, sendo o real destaque positivo entre as principais moedas durante esse período.

Nossa estratégia é clara: utilizaremos nosso amplo rol de instrumentos para reduzir volatilidade excessiva e mitigar potenciais riscos à estabilidade econômica e financeira do País. E essa estratégia estará presente durante todo o período de transição entre o mundo atual e o mundo à frente, de condições monetárias normalizadas e maior crescimento da economia global e do comércio internacional.

Exmos. Srs. Senadores e Srs. Deputados, a seguir, eu gostaria de falar um pouco sobre a atividade econômica brasileira e, na sequência, sobre inflação para encerrar a minha introdução.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Antes do prosseguimento, registro a presença nesta Mesa do Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados, Deputado Edinho Bez.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Sr. Presidente, o crescimento econômico brasileiro tem se materializado de forma gradual. Como já havia afirmado, recentemente, a percepção de muitos agentes econômicos estava — e ainda está, a meu ver —, mais pessimista do que a realidade dos números.

O Produto Interno Brasileiro do segundo trimestre de 2013 cresceu 1,5%. Isso significa um ritmo de crescimento, em termos anualizados, de mais de 6%. E a composição deste crescimento também é promissora. O investimento expandiu 3,6% no segundo trimestre, sendo assim o terceiro trimestre consecutivo de expansão dos investimentos na economia brasileira.

Olhando à frente, vemos que os fatores que deram sustentação à demanda no Brasil continuam presentes. A taxa de desemprego permanece em níveis historicamente baixos, e há geração de novos postos de trabalho. O crédito continua se expandindo em ritmo sustentável. Observamos, nos últimos meses, inclusive, redução da inadimplência e do comprometimento de renda das famílias.

Pelo lado da oferta da economia, nós vemos que a indústria apresenta retomada gradual. Em linhas gerais, as condições de competitividade desse segmento econômico estão melhores, com redução do preço de um dos seus principais insumos, a saber, a energia, além da desoneração da folha de pagamento



para diversos setores. Isso sem falar no patamar de câmbio, que hoje é mais favorável do que há alguns meses para a produção doméstica.

O setor de serviços continua a se expandir, mas em ritmo menos intenso do que o observado em anos anteriores.

Fechando os três setores, o setor agrícola continua a renovar recordes de produção de grãos, ano após ano. E, em 2013, a previsão para a safra brasileira de grãos é de 187 milhões de toneladas, o que representa expansão superior a 15,5%, em relação à safra do ano passado, 2012.

Por isso, Exmos. Parlamentares, volto a afirmar que o crescimento econômico brasileiro tem se materializado, ainda que de forma gradual. No entanto, olhando à frente, a consolidação desse crescimento para os próximos trimestres e semestres em bases sustentáveis depende também do fortalecimento da confiança das famílias e dos empresários, que já mostra alguma recuperação no período mais recente. O crescimento das vendas no varejo, em julho deste ano, por exemplo, divulgado na semana passada pelo IBGE, corrobora a perspectiva de melhora da confiança e da economia.

Exmos. Parlamentares, agora vou me concentrar no tema que é caro ao Banco Central: a inflação. Vou aproveitar esta oportunidade para fazer um breve retrospecto do comportamento dos preços desde meados do ano passado.

V.Exas. recordam que, em meados de julho de 2012, ou seja, há pouco mais de um ano, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA, acumulado em 12 meses, estava em torno de 4,9%. À época, todas as medidas dos núcleos de inflação do IPCA estavam em trajetória declinante, assim como a inflação derivada, a inflação implícita dos títulos públicos federais, que estava naquele período abaixo do centro da meta de 4,5% para 2012.

A projeção do Banco Central divulgada no Relatório de Inflação de junho de 2012 indicava variação de preços de 4,7% para aquele ano. Em síntese, o que nós tínhamos à época era um cenário favorável, com a inflação oscilando próxima ao centro da meta de inflação do Governo.

Os choques de oferta que observamos na sequência, primeiro de origem externa e depois de origem interna, registrados no segmento agrícola, entre outros fatores, mudaram essa dinâmica. A intensidade desses choques não foi desprezível.



Como consequência, a inflação se elevou, mantendo-se acima do esperado no segundo semestre de 2012 e nos primeiros meses de 2013. Além disso, passou a mostrar maior resistência, entre outros aspectos, em virtude da piora das expectativas dos agentes econômicos sobre a própria dinâmica da inflação e dos mecanismos formais e informais de indexação ainda presentes na economia brasileira.

Diante desse cenário, o Banco Central começou a agir. Primeiro, alterando a sua comunicação e, posteriormente, adotando ações no âmbito da política monetária, com o início de um ciclo de ajustes na taxa básica de juros da economia desde abril deste ano.

Como consequência, embora ainda se encontre em patamares desconfortáveis, a inflação acumulada em 12 meses já retomou a tendência de declínio, após alcançar o pico em junho deste ano. No entanto, a desvalorização e a volatilidade da taxa de câmbio verificadas nos últimos meses ensejam uma natural e esperada correção dos preços relativos da economia. No médio e longo prazo, esse movimento beneficiará a economia brasileira. No entanto, no curto prazo, constitui uma fonte de pressão inflacionária. Nesse contexto, a condução adequada da política monetária irá limitar a transmissão da desvalorização do câmbio para a inflação ao consumidor, no horizonte relevante da política monetária.

Por fim, Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Srs. Deputados e Senadores, volto a ressaltar que o Banco Central entende que o combate à inflação, entre outros benefícios, contribuirá para fortalecer a confiança de empresários e de consumidores na economia brasileira, condição necessária para a consolidação do crescimento para os próximos semestres em bases sustentáveis.

Muito obrigado, Exmo. Senador Lobão Filho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional, demais Parlamentares que compõem a nossa Mesa, Exmos. Srs. Senadores e Deputados, senhoras e senhores, estas foram as minhas palavras iniciais e fico à inteira disposição de V.Exas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Presidente Tombini.

Alguém entre V.Exas. deseja se inscrever para falar? (*Pausa.*)



Com a palavra o Deputado Mário Feitoza.

O SR. DEPUTADO MÁRIO FEITOZA - Sr. Presidente, nós estamos acostumados a ler nos noticiários e acompanhar a FIPE, o IPC, a Fundação Getúlio Vargas e o IBGE apurarem índices e indexadores. Terminamos com uma grande sopa desses indexadores e os nossos contratos feitos com IGPM, IPCA, TR, CDI. O próprio Brasil criou, junto ao BNDES, ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica, aos organismos financeiros nacionais, os mais diferentes indexadores para lastrear e configurar a realidade da nossa economia, buscando uma adequação da apuração dos índices dentro do seu tempo.

Não chegou a hora de abandonarmos um pouco o *swap* só em cima da moeda americana, da nossa proteção, e também fazermos um *swap* em cima dos nossos indexadores, criarmos uma taxa única para todas as operações de crédito, para suportar todo esse manancial de linhas de crédito e evitar todos esses dissabores de fazer *hedge*? Eu chego ao BNDES e é IGPM, depois é TJLP; não, agora é TBF; agora é SELIC. Eu estou há 37 anos no mercado financeiro e assisti a todas essas mudanças — ainda as assisto porque sou do mercado. Diretor Altamir — que também acompanha muito bem o mercado e se reúne conosco na Comissão de Finanças, vamos juntos à FEBRABAN, à ABBC, discutimos com todos esses banqueiros e com os empresários —, não estava na hora de um raciocínio e um juízo de valor para o Dr. Tombini dizer: “O indexador do mercado financeiro é IPCA, porque vai refletir na apuração dos custos nos períodos em que melhor possa atender a nossa economia e ao *funding* nacional para fazer frente às nossas operações”?

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Mário Feitoza.

Com a palavra o Sr. Alexandre Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Mário Feitoza, a sua pergunta encerra uma complexidade e reflete justamente o nosso legado de inflação nas décadas passadas quando foram criados um sem-número de indicadores de inflação e estes, por sua vez, serviram, como



mencionou V.Exa., para indexar uma série de modalidades e de instrumentos financeiros.

Obviamente que, se V.Exa. me pergunta se nós deveríamos ter uma situação mais simplificada no que tange a esse conjunto de indicadores que indexam a nossa economia, eu acho que o ideal seria um menor nível de indexação possível. Para isso, nós temos que avançar no controle e na estabilidade dos preços para, no futuro, ir migrando para um menor uso dos indexadores propriamente ditos.

Em relação à quantidade, como eu disse, é reflexo de uma realidade que se colocou o Brasil ao longo das décadas anteriores. E, obviamente, essa complexidade deixa um legado. Não dá para fazer, como bem sabe V.Exa., num passe de mágica, uma consolidação porque há todo um legado. Haja vista, por exemplo, alguns desses indicadores que V.Exa. mencionou, que há tentativa de um menor uso desses indicadores ao longo do tempo. Certamente, isso tem que ser feito com bastante cuidado porque há um histórico, um legado, um estoque, digamos assim, de instrumentos financeiros indexados.

Mas, para tentar responder a importante pergunta de V.Exa., o ideal seria nós conseguirmos migrar, ao longo do tempo, para um menor nível, uma menor necessidade de recorrer a indexadores para, digamos assim, proteger as rendas dos participantes do mercado e a sociedade em geral. E isto se faz com o controle da inflação ao longo do tempo e também com o trabalho institucional de ir avançando e evitando trazer novas indexações para dentro da economia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Mário Feitoza, está satisfeito?

O SR. DEPUTADO MÁRIO FEITOZA - Apenas para complementar...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado.

O SR. DEPUTADO MÁRIO FEITOZA - A gente assiste, ouve a explanação do nobre Presidente e vê o ajuste da economia, da inflação, dos indexadores, da nossa reserva, da nossa taxa cambial, e se isso reflete uma realidade da estabilidade da economia, a prefixação seria o mais indicado, assim como a *libor* e a *prime* são usadas para criar a referência de taxa. Tenho certeza também de que isso não pode ser feito num passe de mágica, porque há estoques e temos de equalizar os prazos e os *fundings* nas épocas diferenciadas.



Grato pela observação e pela explanação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Mário Feitoza.

Passo agora a palavra ao Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, primeiramente, faço uma saudação em seu nome aos demais Presidentes que compõem esta Mesa e ao Exmo. Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central.

Presidente, pretendo trazer aqui dois questionamentos: um de natureza técnica e outro de natureza política.

Gostaria muito de saber a posição do Sr. Alexandre Tombini sobre os mecanismos de política fiscal para o controle da inflação.

O Governo brasileiro vem tentando controlar a inflação por meio de política fiscal, promovendo, em primeiro lugar, congelamento de preços, o caso da gasolina, desoneração tributária, o caso da cesta básica, subsidiando preços, como acontece na conta da energia elétrica.

Em relação à gasolina, estima-se uma defasagem de 30%; quanto ao congelamento de preços, vê-se que a energia elétrica tem subsídios que chegam a 9 bilhões de reais para 2014; e em relação às desonerações da cesta básica, o grande intuito, por parte do Governo, foi segurar a alta de preços dos alimentos. A questão é saber do Banco Central como avalia esses mecanismos de controle da inflação e se, chegando-se à conclusão, é sustentável ou não essa estratégia adotada pelo Governo a médio e a longo prazos, tendo em vista que congelamento de preços, desonerações tributárias e subsídios acabam sendo muito mais paliativos do que realmente política de governo.

Segunda questão, Presidente: em matéria publicada no dia 13 de setembro, a revista *Época* traz acusações ao Banco Central, como a de ter agido com omissão, de ter se omitido diante das denúncias de desvios e falcatruas em liquidações bancárias. Segundo a reportagem, há provas de que a cúpula do Banco Central conhecia há 17 meses esse esquema montado pelos diretores do Fundo Garantidor de Créditos nas liquidações bancárias.

Gostaríamos de ouvir a opinião do Sr. Presidente sobre essa publicação e havendo posicionamento contrário que ele justificasse.



São estes os questionamentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Efraim.

Passo a palavra ao Presidente Tombini para responder as suas indagações.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Sr. Presidente.

Em relação à primeira pergunta do nobre Deputado Efraim Filho, sobre as desonerações, a forma como o Banco Central entende esse processo, trata-se de um conjunto de medidas que impacta, digamos, na capacidade da economia produzir. Observando a economia pela ótica da oferta e não da procura, nós, brasileiros, identificamos uma série de custos que impactam a produção no País. Vários economistas, ao longo do tempo, identificaram o custo da energia no Brasil como um custo elevado quando comparado a outras economias competidoras no mercado internacional.

Esse aspecto foi endereçado recentemente, como mencionou V.Exa., e trouxe, sem dúvida, um impacto, uma melhora nas condições de produção da economia brasileira. O mesmo poderia ser dito em relação a outras desonerações.

Então, essa questão, da forma como o Banco Central a vê, afeta de forma positiva a oferta da economia brasileira e, com isso, dá melhores condições ao nosso setor produtivo de competir com outros concorrentes no mercado internacional, assim como na própria economia nacional. Vemos, então, sob essa ótica. Naturalmente, se essas iniciativas têm desdobramentos sobre outras áreas, como, por exemplo, sobre o nível de preço, isto é levado em conta no momento em que fazemos, no Banco Central, as projeções de inflação, como qualquer outro preço, seja um preço agrícola, seja um preço de um serviço público. Temos que ter uma visão de como se dará a evolução. Se tivermos informação a respeito, isso vai ser colocado nos nossos cálculos e projeções. Então, como dissemos, vemos nesse sentido: não é a política de combate à inflação. O Banco Central entende que a política de combate à inflação é de sua responsabilidade. É a política monetária que vai ser ajustada de acordo com as demais políticas, inclusive a política fiscal no seu sentido mais abrangente.

Estas são algumas considerações que eu gostaria de tecer em relação à sua pergunta.



Em relação à segunda questão, o Banco Central sobre a matéria divulgada pela revista *Época*, como mencionou V.Exa., no dia 13 de setembro, já forneceu uma resposta de pronto ao seu conteúdo. Nós dissemos, essencialmente, que as colocações e imputações feitas ao Banco Central ou a qualquer dos seus dirigentes são infundadas e irresponsáveis relativamente à eventual falta de lisura na condução dos processos de liquidação.

O Banco Central tem isso muito claro: de um lado, ele está pronto para combater, inclusive nas instâncias judiciais, qualquer tentativa de manchar a sua reputação; de outro lado, está igualmente pronto a adotar com firmeza todas as medidas cabíveis contra quem quer que seja, servidor ou não servidor, liquidante ou dirigente de fundo garantidor de crédito, no caso de eventual irregularidade na condução de regimes especiais.

O Banco Central, inclusive, atribui ilações feitas em matérias a interesses contrariados de administradores e de controladores que, de forma ilícita e até fraudulenta, praticaram má gestão em instituições financeiras e tiveram suas quebras decretadas pelo Banco Central do Brasil; ou ainda, a liquidantes e assistentes de liquidação que, por irregularidades, ineficiência ou incompetência, foram substituídos em algumas dessas liquidações.

Ainda aproveitando a sua pergunta, nobre Deputado, eu gostaria de esclarecer o seguinte: que o Banco Central quando se defronta com instituições financeiras em dificuldades pode atuar discricionariamente para decidir a respeito da ferramenta legal mais apropriada a cada caso concreto, o que envolve a verificação da existência de soluções viáveis de mercado e, se ausentes, a adoção de regime especial menos traumático do ponto de vista sistêmico.

A decretação, a condução e o levantamento de regimes especiais em instituições financeiras envolvem distintos atores institucionais cada qual com suas atribuições específicas expressamente previstas em lei.

A decretação de qualquer regime especial é competência da Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil. Cabe ao Presidente, no mesmo ato da decretação do regime especial, nomear a pessoa, o liquidante. Cabe ao diretor da área de liquidações dispensar o liquidante no curso do regime. E o papel do Banco Central, após a decretação de um regime de liquidação extrajudicial, consiste em



nomear e dispensar o liquidante, estabelecer seus honorários, autorizar em benefício da Massa Liquidanda a finalização de negócios pendentes, alienação ou oneração de seus bens, julgar recursos contra atos do liquidante dentro do seu poder de árbitro no processo de liquidação, bem como tomar providências em relação a eventual irregularidade detectada na condução de um regime especial.

A condução do processo de liquidação, Deputado, cabe, na forma da lei, ao liquidante, que tem competência exclusiva para administrar com plenos poderes de gestão a instituição submetida ao regime especial. A prática de atos de gestão ordinária da instituição submetida à liquidação compete exclusivamente ao liquidante, sem qualquer participação, nem interferência, do Banco Central do Brasil.

A contratação de empresas prestadoras de serviços é, na forma da lei, um ato típico de gestão ordinária, sendo, portanto, da competência exclusiva do liquidante. Assim, não cabe a comunicação ao Banco Central, nem prévia, nem posteriormente, sobre a contratação de empresas prestadoras de serviços a instituições submetidas a regime especial.

O Banco Central não tem ingerência sobre os atos de gestão, mesmo porque o Banco Central precisa se manter imparcial, já que, nos termos da lei, as pessoas que se sintam prejudicadas com a gestão da instituição financeira em regime especial têm direito de apresentar recurso ao próprio Banco Central.

Os atos do liquidante que não sendo de gestão ordinária que envolvam alienação ou oneração do patrimônio da instituição, aí sim, são submetidos ao Banco Central. No caso de irregularidades, cabe, na forma da lei, ao Banco Central destituir e substituir o liquidante, comunicando os fatos às autoridades responsáveis, dentre as quais o Ministério Público.

No âmbito do Banco Central, há uma estrutura própria para acompanhar e supervisionar os processos de liquidação, intervenção ou regime de administração especial temporária, que também acompanha a realização dos inquéritos destinados a apurar as causas que levaram à decretação dos regimes especiais e as responsabilidades dos envolvidos.

No que toca ao papel do Fundo Garantidor de Créditos, seja como garantidor dos créditos, seja ao praticar operações de assistência e de suporte financeiro, este atende às normas estatutárias e à Lei de Responsabilidade Fiscal, que proíbe o



socorro com recursos públicos a instituições financeiras em dificuldades patrimoniais, prevendo, a seu turno, a criação de fundos da espécie com recursos do sistema financeiro, ou seja, recursos de natureza privada.

O Fundo Garantidor de Créditos é uma entidade privada, que tem estrutura própria de governança sem qualquer ingerência do Banco Central nas contratações de serviços e nas operações que realiza com instituições financeiras. O Banco Central não tem competência legal para fiscalizar o Fundo Garantidor de Créditos.

Em relação à resposta — ainda sobre a sua pergunta —, a cúpula do Banco Central do Brasil jamais tomou conhecimento da existência de qualquer esquema montado pelos diretores do FGC nas liquidações bancárias, como faz aludir a referida matéria que V.Exa. menciona. E, se tivesse tomado, não exitaria em prontamente agir para coibir eventuais práticas ilícitas e punir os responsáveis.

Os diretores de organização do sistema financeiro e de fiscalização do Banco Central não foram informados de quaisquer “atividades ilícitas ou lícitas” — entre aspas — de dirigentes do Fundo Garantidor de Créditos.

As correspondências que o Banco Central recebeu comunicavam que o Fundo Garantidor de Créditos não mais conduziria a gestão de carteiras de créditos cedidas na instituição referida na matéria.

Em relação às empresas de prestadoras de serviços mencionadas na matéria, essas não foram contratadas pela referida instituição.

Portanto, é inverídica a afirmação de que dois diretores do Banco Central esconderam as denúncias do Presidente da instituição, que vos fala neste momento, pois nenhuma irregularidade foi comunicada àqueles dirigentes que demandasse a adoção de quaisquer providências, e as empresas simplesmente não foram contratadas.

Não é verdadeira também a ilação de que a demissão do liquidante tem relação com as supostas denúncias que ele fez, pois, como veiculado pela própria matéria, o diretor da área de liquidações declinou uma série de razões do por que da substituição, que estão inclusive na resposta que o Banco Central colocou à disposição na sua página, contestando cada uma das ilações feitas na referida matéria. Inclusive, mesmo após a dispensa do liquidante mencionado, as tais empresas prestadoras de serviços não foram contratadas pelo novo liquidante.



Portanto, nós do Banco Central temos todo interesse de responder a qualquer ilação. Certamente o fizemos e faremos quantas vezes forem necessárias e tomaremos providências cabíveis, caso seja assim requerido.

Eu acho que respondi.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Efraim.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Agradeço, Sr. Presidente. Para a réplica, assim como foi uma oportunidade que V.Exa. deu ao Deputado Feitoza.

Presidente, primeiro, agradeço os esclarecimentos.

Quanto à segunda questão, pôde-se notar de forma profunda, densa e bem preparada a resposta, que traz esclarecimentos. Esperamos que o Banco Central continue a zelar pela transparência e pelo respeito à coisa pública. A resposta será levada em conta para que possamos nos debruçar sobre ela. Agradeço.

Quanto à primeira pergunta, de natureza técnica, V.Sa. disse, de forma bem clara, sobre a política monetária, que caberia ao Banco Central o papel de fazer essa política de combate à inflação. Cogita-se, de forma bastante contundente, que o Ministro Mantega está anunciando mais uma redução da meta de superávit primário. Isso caminha até contrário ao pacto de responsabilidade fiscal, anunciado pela Presidente Dilma após as caminhadas e as manifestações de rua do meio do ano.

Eu queria que V.Sa. complementasse, portanto, a resposta que acabou de dar: essa política expansionista, adotada e anunciada pelo Ministro Mantega, caso seja, entraria em conflito ou tornaria mais desafiadora a missão do Banco Central em controlar a inflação, através da política monetária imposta?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Presidente Tombini, para prestar os últimos esclarecimentos ao Deputado Efraim, com a palavra.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Agradeço a oportunidade, antecipadamente, e a atenção do Presidente.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Sr. Presidente, em relação à política fiscal, ela é um dos vetores fundamentais da política macroeconômica.

Então, quanto à política fiscal eu vejo, pelo menos, duas dimensões em relação à política fiscal. A primeira, a questão da solvência do Estado brasileiro. Há



que ser ter a política fiscal adequada para manter a solvência, não gerar dúvidas em relação à solvência do Estado brasileiro. Tivemos um tremendo avanço nesse campo ao longo dos últimos tantos anos no Brasil. Recordo-me do início do ano 2000, final dos anos 90, em que tínhamos sempre uma dúvida pairando sobre a capacidade do Estado brasileiro de se financiar ao longo do tempo. Então, houve crises de dívidas, que tivemos que enfrentar.

Esse período passou, as políticas foram consistentemente adotadas, inclusive, também sob o condão da Lei de Responsabilidade Fiscal, foram adotadas de maneira a assegurar a solvência do Estado brasileiro, do setor público brasileiro, propriamente dito, nos seus três níveis. Então, isso ajudou bastante, e a nossa relação dívida pública/PIB caiu ao longo do tempo. Não há questionamentos em relação à solvência.

A outra dimensão da política fiscal é a dos estímulos para a economia, dos impulsos para a economia, então, obviamente que a primeira é muito importante. Se nós não tivermos a questão da solvência resolvida, nós estamos lidando com ambiente de crise — não é o caso.

Em relação aos impulsos, o Banco Central tem se pronunciado a respeito de como vê a política fiscal no que tange ao seu impacto na economia brasileira. Inclusive, no último documento do Comitê de Política Monetária, que é o órgão definidor da política monetária no Banco Central, nós fizemos alusão a esse tema, dizendo que se criam as condições para que no horizonte relevante da política monetária o balanço do setor público se desloque para uma zona de neutralidade.

O que quer dizer isso? Quer dizer o seguinte: do ponto de vista do balanço fiscal do Governo, de forma estrutural, ajustando para alguns fatores que não se repetem ao longo do tempo, nós entendemos que são criadas as condições para que nesse horizonte relevante — é uma linguagem do Banco Central, mas é onde nós temos meta de inflação 2014/2015 —, entre um período e outro, a política fiscal... hoje, por exemplo, o superávit primário está em torno de 1,9% no ocorrido, 1,9% do PIB.

O conceito fiscal para efeito técnico do Banco Central que nós utilizamos, fazendo alguns ajustes, então, chegamos ao balanço estrutural do Governo. Se o



balanço estrutural em 1 ano não difere do ano seguinte, o impulso que a política fiscal traz, a contribuição, na margem, que a política fiscal traz é neutra.

O que aconteceu entre 2012 e 2013 é que o balanço ficou expansionista. Então, houve um impulso expansionista na economia quando comparamos 2013 a 2012.

Olhando para frente, nós entendemos que são criadas as condições para que nós não tenhamos um balanço estrutural no setor público menor do que neste ano.

Então, é nesse sentido que se trabalha esse conceito de neutralidade contracionista, expansionista, conceito de impulso. Se for tão bom ou igual, como foi nesse ano, no ano que vem provavelmente nós vamos dizer que o impulso é neutro. Então, o que nós comunicamos é que se criam as condições nesse sentido.

Assim que eu vejo essa questão da política fiscal, assim que nós temos avaliado no Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Presidente.

Passo a palavra agora ao Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente desta Comissão, Senador Lobão Filho; Presidente Edinho Bez; Sr. Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini; Sras e Srs. Parlamentares, eu ouvi com atenção a exposição do Dr. Tombini, particularmente no que diz respeito à evolução dos fundamentos da política macroeconômica. S.Sa. acaba de discorrer sobre o tema fiscal, registrando que há uma perspectiva de balanço estrutural fiscal neutro para, digamos assim, o próximo período, para o próximo ano, efetivamente.

Ao lado disso, V.Sa. sublinha também aquilo que já era do nosso conhecimento, mas que era importante marcar, ou seja, que os resultados macroeconômicos do último trimestre continuam a sinalizar um crescimento mais consistente da taxa de investimentos na economia brasileira e, por outro lado, temos, por conta do fim dos fatores ou, pelo menos, atenuação dos fatores que determinaram a elevação da taxa de inflação mais a ação de política monetária do Banco Central, sinalizando também uma perspectiva declinante no que diz respeito à trajetória da inflação brasileira, se assim pude entender da exposição de V.Sa.

Então, rigorosamente, do ponto de vista dos aspectos, digamos assim, endógenos da economia brasileira, das responsabilidades de Governo, do Banco



Central, etc., estamos fazendo o dever de casa efetivamente. E eu gostaria de obter de V.Sa. informações mais claras. V.Sa. vê, de maneira consistente, a manutenção do crescimento dessa taxa de investimentos tão necessária para que a economia brasileira possa alcançar 20% ou pouco mais de 20% do PIB ao ano, que é taxa, digamos assim, saudável de investimentos para a economia brasileira, sinalizando, portanto, de maneira mais consistente, para os próprios empreendedores, próprios empresários, uma situação de confiança mais efetiva em relação à política econômica do Governo? Já que o V.Sa. sublinhou também que, no passado mais próximo, houve certa queda na confiança no setor empresarial, registrada pelas próprias pesquisas, mas que, aparentemente, essa quebra de confiança que houve está sendo revertida na medida em que as taxas de investimentos se revelam promissoras, verdadeiramente para a economia brasileira, e o senhor se referiu ao comportamento dos diversos setores da economia — industrial, de serviços, agrícola.

Então, eu gostaria de ouvir de V.Sa., de maneira mais clara, como o Banco Central vê a perspectiva para este ano, como um todo, e para os próximos trimestres, digamos assim, da economia, se essa trajetória deve se manter.

Em segundo lugar, há uma preocupação grande com relação aos fatores externos, exógenos da economia, digamos assim, se é que é possível separar. Eu sei que não é, que as coisas não são tão separáveis, mas, evidentemente, o comportamento do Banco Central americano afeta significativamente a nossa economia. O senhor aqui registrou o problema da volatilidade do nosso câmbio ocorrido desde o mês de maio, fruto das sinalizações na política expansionista, digamos assim, política de estímulos do Banco Central em relação à economia americana. Ou seja, nossas economias estão muito sensíveis, mais sensíveis do que no passado às decisões de política macroeconômica do governo americano, dos próprios europeus e, por conseguinte, de outros emergentes — o principal deles a China. Como V.Sa. vê a evolução desse cenário mundial, e como o Banco Central tem atuado nos fóruns internacionais, o G-20, fórum dos bancos centrais, no sentido de que haja alguma regulação internacional que impeça ou, pelo menos, crie uma situação de maior estabilidade, diminuindo a instabilidade, sobretudo das economias emergentes, verdadeiramente?



Eu quero crer que, a despeito de toda essa realidade, a economia brasileira, se comparada com as demais economias emergentes, também tem tido desempenho razoavelmente bom e até melhor do que muitas outras economias. Eu gostaria que V.Sa. também um pouco comparasse como a economia brasileira tem reagido a essas flutuações internacionais, quando comparada com outras economias emergentes.

Isso é o que gostaria de obter de V.Sa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Jorge Bittar.

Informo que a apresentação feita pelo Presidente do Banco Central, bem como a intervenção dos Parlamentares, já está disponível na página da Comissão Mista de Orçamento.

Com a palavra o Presidente Alexandre Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Deputado Jorge Bittar, pelas considerações. Concordo com V.Exa. que estamos fazendo o dever de casa, tanto no âmbito da robustez de nossas políticas macroeconômicas, fiscal de um lado, monetária, na parte que nos toda, de outro. Também nesse período recente, da maior volatilidade — eu já tenho comunicado isso nesta Comissão, no primeiro semestre, e certamente em outras comissões do Congresso Nacional —, em momentos de maior estresse nos mercados que se reflete nas economias emergentes, incluindo o Brasil, acho que o papel do Poder Público, no caso, o Governo e o Banco Central, é de prover o bem público da estabilidade financeira e econômica.

Temos feito isso desde meados de maio, quando esse processo se intensifica com a mudança da comunicação, enfim, maiores incertezas em relação aos próximos passos da política econômica nas economias avançadas, em particular nos Estados Unidos. E nós, desde aquele momento, tratamos de tirar — digamos assim, numa linguagem mais coloquial — risco dos mercados, tratamos de compensar essa volatilidade com políticas de administração da dívida pública menos agressivas, num momento de estresse, dando inclusive saídas. O Tesouro Nacional fez operações de saída e recompra de títulos para aqueles que queriam sair desse ativo — muito bem sucedidas.



Nós fizemos também operações dentro do mercado monetário onde atua o Banco Central, nas operações compromissadas, também encurtamos os prazos para ter menos risco sobre as mesmas, logo menos excitação nos mercados, e, valendo-nos do nosso colchão de segurança e liquidez em moeda estrangeira que construímos ao longo de tantos anos, fizemos uso dos vários instrumentos para oferecer a proteção contra a depreciação, porque o que nós vimos nesse período não foi o investidor estrangeiro querendo sair do País; ao contrário, queria ficar, mas queria se proteger contra as variações no câmbio que seguiram esse período de maior volatilidade. Portanto, houve uma demanda por proteção para ficar no País. Obviamente que tem essa demanda legítima, mas também tem no mercado financeiro, como bem sabe V.Exa., são as apostas e, muitas vezes, apostas unidirecionais, num sentido apenas, porque há fatores legítimos, há fatores exógenos, como menciona V.Exa., lá fora, e isso criou um ambiente para apostas unidirecionais em favor, por exemplo, da moeda norte-americana no nosso mercado.

Nós sinalizamos isso, avisamos que, num regime de câmbio flutuante, o câmbio vai para os dois lados e, quando as pessoas viram o câmbio indo para uma direção, a tendência é que faça uma extrapolação linear, jogue isso lá para cima e, quando entram, a direção do ativo pode mudar, como aconteceu recentemente no País.

O nosso papel não é aumentar a volatilidade e, sim, dar tranquilidade para que os agentes econômicos, as empresas, as famílias consigam navegar num período de transição de maneira mais tranquila. Acho que temos feito isso bem, tem dado resultado, enfim, isso é importante para que os avanços que há na política macroeconômica, a política monetária combatendo a inflação, a inflação caindo, a confiança do consumidor sendo restabelecida, sendo reforçada, a confiança dos empresários com horizonte de planejamento sendo restabelecido em função de uma menor volatilidade da taxa de câmbio, que é uma importante variável para a decisão econômica, não só no setor financeiro, mas certamente no lado real da economia, e também para as famílias que fazem suas programações.

Então, isso traz a combinação de políticas monetária e fiscal que venham combater a inflação, trazer a inflação de volta para os níveis estabelecidos pela nossas metas, por um lado. Por outro lado, essas políticas nesse período de



transição de redução do risco na economia, tudo isso reforça, isso faz parte do que V.Exa. menciona aqui. O Brasil tem feito o seu dever de casa, vem sendo cada vez mais reconhecido nos fóruns internacionais. Enfim, os investidores estão aí para demonstrar isso.

Em relação a sua segunda pergunta, a nossa atuação, o Banco Central, principalmente nos fóruns de banqueiros centrais, no Banco de Compensações Internacionais — BIS —, nós nos reunimos a cada 2 meses, praticamente acabamos de ter uma reunião.

Então, neste momento, a posição do Brasil como uma das principais economias emergentes do globo é de mostrar como o Brasil se preparou ao longo do tempo. V.Exa. bem se recorda que nos últimos 2 anos o Governo brasileiro e o Banco Central adotaram uma série de medidas para, digamos, reduzir aquele influxo de capitais de curto prazo que vinham porque as condições internacionais eram então favoráveis.

Tomamos várias medidas, medidas de preço, e essas medidas acabaram por afetar a natureza do fluxo, menos portfólio, mais investimento direto, menos curto prazo, mais longo prazo, o que nos coloca hoje numa situação melhor do que estaríamos se tivéssemos recebido esse recurso de peito aberto, se tivéssemos um *overshoot*, por exemplo, numa taxa de câmbio, com implicações para o lado real da economia — empresas quebrando, famílias tendo dificuldade.

Então, na época do dinheiro mais fácil, nós fomos prudentes do ponto de vista de assegurar a estabilidade financeira à frente, quando começasse o processo de reversão. Isso foi reconhecido, foi criticado, e foi aceito inclusive pelos organismos multilaterais que era legítimo que se adotasse um conjunto de medidas para evitar essa entrada muito rápida de fluxo.

Nesse momento, com um colchão de reservas que foi parte desse processo de criar as defesas para o futuro, nós conseguimos lançar um arsenal de medidas que asseguram essa tranquilidade para transitar num período de volatilidade de câmbio.

Então, creio que nos fóruns internacionais deixamos isso claro, primeiro viabilizando as nossas medidas que foram tomadas num período anterior, e nesse momento, obviamente, dialogando e cobrando essa visão internacional dos



condutores da política macroeconômica nas economias mais avançadas, digamos assim, que têm reflexo sobre os emergentes.

O Brasil é uma voz bastante ativa nesse sentido fazendo ver que as ações nas economias mais avançadas têm repercussões importantes que acabam se voltando para aqueles próprios mercados, em função do fato de que hoje as economias emergentes são um grande mercado e têm um grande mercado doméstico. O Brasil é um caso particular, talvez dos mais importantes nessas economias emergentes.

Por outro lado, acumulamos um contingente de recursos que estão em boa parte investidos naquelas economias também, então precisamos de um ambiente, assim como nós damos tranquilidade aos nossos investidores, essas economias têm que dar tranquilidade para os investidores internacionais que lá aplicam recursos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Presidente.

Deputado Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Presidente Tombini, sobre a economia mundial. Como o senhor vê a economia americana num regime gradual de recuperação econômica e a economia europeia? Gostaria que o senhor nos dissesse quais são perspectivas dessas economias, dado o peso dessas economias no cenário mundial.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Presidente Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Sr. Presidente. Nós vemos a recuperação, esse fortalecimento da recuperação norte-americana como um evento positivo para a economia global, para o comércio internacional, para os países emergentes, logo, para o Brasil. Lá na frente, isso vai ser muito positivo para as nossas economias.

Há o período de transição com que nós temos que lidar, porque a volatilidade aumenta. Estamos tratando disso.

Então nós vemos, sim, uma maior pujança da economia norte-americana. Acabei de receber a informação de que o Banco Central dos Estados Unidos não alterou as suas políticas neste momento. Havia, talvez, uma expectativa dos mercados de que pudesse haver uma alteração no programa de compra de ativos, pois eles têm comprado 85 milhões de dólares por mês diretamente nos mercados,



tanto de títulos federais quanto de instrumentos lastreados em hipotecas. A decisão deles foi não mexer com isso. Os mercados estão reagindo muito favoravelmente, as moedas estão se movimentando, fortalecendo-se em relação ao dólar americano, neste momento em que estamos nesta Comissão.

Mas, então, os Estados Unidos estão nesse processo de recuperação. Há uma expectativa de que, com isso, a economia mundial, ano que vem, cresça mais do que cresce este ano. Para o comércio mundial, pelas estimativas do FMI e do Banco Mundial, a expectativa é de 3% de crescimento aproximadamente este ano; no ano que vem está sendo projetado um crescimento de quase 5,5%. Então, V.Exa. pode tirar as suas conclusões. Quer dizer, com um comércio mais vibrante, certamente as economias tendem a se beneficiar do impacto externo.

Em relação à Europa, eu acho que a Europa sai do radar, digamos, no que diz respeito à probabilidade de algum evento de cauda ocorrer, como nós vimos, nos últimos 2, 3 anos, a Europa tomando medidas para estabilizar seus sistemas financeiros. Enfim, creio que isso avançou bastante com a união bancária europeia, com essa ideia de aprofundar o processo de união econômica e financeira daquele bloco. Algumas medidas foram tomadas. O Banco Central europeu colocou à disposição a liquidez de curto prazo e também lançou um programa de ajuda a países, o que não foi usado, mas está à disposição. Isso criou todo um lastro, digamos, para acalmar a situação financeira. E agora o que se vê é a perspectiva de algum crescimento econômico, pelo menos em 2014. Para a Europa, é uma boa notícia.

Então, vejo dessa forma essas duas áreas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Presidente Tombini.

Quero só registrar, Deputado Bittar e meus caros colegas, que essa decisão do Banco Central americano foi há 30 minutos e poderia, era esperado, alterar toda a política monetária dos Estados Unidos, inclusive com a cessão de emissão de moeda, o que certamente haveria de ter uma reação qualquer do Banco Central brasileiro. Mas, mesmo o Presidente Tombini sabendo que essa decisão seria tomada, ele está aqui prestigiando esta Comissão. Graças a Deus, não houve mudança na política americana. Portanto, o nosso Presidente, com certeza, ficará mais relaxado.



Passo a palavra ao Deputado Pedro Eugênio. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, é graças a Deus mesmo? Eu não entendi o seu “graças a Deus” assim tão vibrante. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Se os Estados Unidos mudassem completamente sua política econômica, a gente não sabe como isso repercutiria para nós agora. Eu acho que não seria o melhor dos mundos. Mas, enfim...

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO - Sr. Presidente Lobão Filho, Ministro Tombini, demais colegas...

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA - Graças à intervenção de Danilo Forte ontem, no plenário, o Tombini ficou sabendo com antecedência. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Desculpe, Deputado Pedro Eugênio. Vamos manter a palavra de V.Exa.

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO - Podemos usufruir da boa notícia, Não é?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - É um momento de descontração.

Com a palavra o Deputado Pedro Eugênio.

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO - Eu gostaria de levantar aqui duas questões. Uma, que é bastante recorrente, a partir de projeto de minha autoria, que, na ocasião, não foi acatado pelo Banco Central conceitualmente e que tem o Deputado Júlio Cesar... Quando eu vi o Júlio Cesar aqui ao meu lado, eu disse: *“Eu vou levantar aquela questão do projeto do spread”*.

É um projeto que não segue, digamos, não obedece ao mercado ou não procura... Talvez, a leitura do Banco Central na época foi a de que o projeto faria uma intervenção exageradamente explícita e forte no mercado de meios de pagamento, especificamente no mercado de cartões de crédito, que, na composição do *spread*, sempre nos pareceu como aquele que mais puxa o *spread* para cima, principalmente no que diz respeito ao crédito rotativo.

Nas discussões que nós tivemos depois da apresentação do projeto, nós chegamos a um consenso no diálogo com o Relator, mas que acabou não sendo objeto de um investimento maior de todos nós no sentido de fazê-lo tramitar. Outras



prioridades surgiram, até porque surgiu um processo claro e consistente de redução do *spread* a partir da política do Banco Central de redução da SELIC.

No entanto, nós observamos que ainda existe, do ponto de vista da taxa de juros na ponta, especificamente na questão dos cartões de crédito a que me referi, uma distorção que, em minha opinião, posso estar equivocado, tem muito a ver com o fato de que, por características do mercado brasileiro, parece ser mais vantajoso para os bancos não praticarem uma política de análise de risco consistente e responsável, permitindo que a taxa de juros seja muito alta mesmo que ao preço de uma inadimplência que é alta, mas não suficiente para inibir a lucratividade da exploração da atividade.

Talvez, neste momento, coubesse a rediscussão da matéria numa ótica mais simplificada do que a que está no projeto. O meu projeto original, Sr. Ministro — recapitulando aqui rapidamente —, propunha que se colocasse na mão do Conselho Monetário Nacional o estabelecimento de um mecanismo de desincentivo, incentivo negativo, aos bancos que praticassem taxas de juros acima da média. Nas nossas discussões, nós chegamos à conclusão — na realidade o Relator chegou à conclusão, com a qual eu concordei — de que talvez fosse mais simples ter a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico que incidisse sobre operações que fosse cobrada dos bancos que estivessem praticando taxas de juros muito acima da média do mercado. E isso com certeza teria um impacto muito forte na questão dos cartões de crédito.

Deixo, portanto, essa questão aqui. Eu sei que V.Exa. não refletiu sobre essa matéria recentemente, porque nós não voltamos a procurá-lo para falar sobre esse assunto, mas gostaria de deixar essa preocupação aqui.

No segundo ponto refiro-me a um dos pontos da sua apresentação sobre a atividade econômica no Brasil: *“a consolidação da recuperação depende do fortalecimento da confiança de firmas e famílias”*. Não tenha dúvida de que a expectativa inflacionária tem um forte componente subjetivo. E toda vez que nós examinamos dados concretos sobre a economia brasileira, alguns dos quais V.Exa. mostrou — está aqui: previsão do FMI para o crescimento do PIB, que a nossa imprensa resolveu chamar de Pibinho de forma depreciativa, como se nós tivéssemos o menor PIB do mundo. E, se nós tirarmos a China e a Índia, que estão



em patamares claramente superiores, a partir daí o Brasil já está, digamos, embolado num grupo que está em torno de 3%, entre 2,5% a 3%. Ou seja, nós somos o segundo bloco em taxa de crescimento do mundo em crise, o mundo que deprime a economia mundial e que desfavorece o crescimento.

No entanto, o Brasil, não obstante isso, coloca-se de forma diferenciada. Se nós formos olhar a questão da inflação, veremos que todos os fatores conjunturais que pressionaram a inflação — V.Exa. mostrou — estão num processo claramente de reversão. Ou seja, nós deveríamos estar aqui abrindo os nossos jornais e vendo manchetes extremamente otimistas, tais como: *“O Brasil está conseguindo vencer mais uma vez uma crise internacional e está se posicionando bem”*. E a gente só vê desgraça, a gente só vê notícia ruim, a gente só vê notícia que leva as pessoas — eu não me refiro ao grande empresariado que tem assessorias econômicas e que pode perfeitamente ter o entendimento, e devem ter. Mas eu, que presido a Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa — 98% das empresas nacionais, 20% do PIB —, o que dizer desses pequenos empresários que podem decidir não investir agora, porque o Brasil estaria à beira de uma crise ou coisa do gênero?

Eu gostaria de deixar essa reflexão aqui para ouvir V.Exa. sobre qual o grau de impacto que V.Exa. entende que essa postura tão negativa, que nós temos tido a oportunidade de ver na imprensa, poderá estar criando. Eu sei que é difícil quantificar coisas desse tipo, mas como V.Exa. vê esse fator subjetivo na formação das expectativas em relação ao investimento privado no País?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Pedro Eugênio, que, de forma muito madura, fez suas colocações.

Com a palavra o Presidente Alexandre Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Sr. Presidente, obrigado Deputado Pedro Eugênio. Em relação a sua primeira colocação, V.Exa. bem sabe que o Banco Central está à disposição certamente para engajar nesse debate em relação à regulação do sistema bancário, ao *spread* em particular.

No que diz respeito à segunda parte da sua colocação, eu tive recentemente a oportunidade de discutir com um grupo de presidentes de grandes empresas brasileiras e também de subsidiárias de empresas multinacionais — questão de um par de meses —, onde eu fazia essa colocação. A minha percepção era de que a



percepção dos agentes estava mais pessimista do que os dados. De lá para cá, saiu o PIB do segundo trimestre.

(Segue-se exibição de imagens.)

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Nós vimos na lâmina 29, que eu deixei com V.Exas., que, de fato, nesse primeiro semestre nós estivemos no topo do crescimento — é uma lâmina anterior àquela que V.Exa. mencionava — mundial nos primeiros dois trimestres deste ano. Ou seja, na primeira metade de 2013, nós estivemos no topo do crescimento mundial das economias do G-20, incluindo as mais dinâmicas nos últimos anos.

Então, de fato, os dados da primeira metade do ano de 2013 eram bastante superiores naquela percepção de que as coisas não estavam funcionando. V.Exa. mencionou a inflação. As políticas do Banco Central, do Governo também, de combate à inflação e os resultados que nós temos tido ao longo dos últimos meses já começam a se refletir nessa percepção, nesses indicadores de percepção, de confiança do consumidor. Nós vemos alguma recuperação. Nós vemos inclusive a recuperação — hoje saiu um dado também do comércio, dos empresários — da confiança na margem, como dizem os economistas, num período mais recente.

Quando eu digo que, para que esse processo se propague no futuro, nós precisamos reforçar uma confiança de que já se inicia o processo de recuperação, acho que há uma confiança, sim. Essa percepção abala, afeta as decisões no mundo real. É a questão do dado contra a percepção. Eu acho que ela pode até estar ainda mais pessimista do que a realidade dos números, mas, se ela não melhora, acaba por afetar as decisões tanto dos consumidores quanto dos investidores. Não se trata de dizer que isso não interessa, porque não é o dado concreto, mas, se não for alterado, ele acaba por afetar o lado real da economia.

Em relação à questão da inflação que V.Exa. mencionou, em algum momento a ideia de que haveria um descontrole afeta o imaginário das pessoas. Enfim, há a questão do câmbio também. O câmbio começa a se desvalorizar, e as pessoas fazem uma extrapolação linear. Digamos que há aquela visão de que há uma direção sólida — *“não tem jeito, é inexorável, vai acontecer isso”* —, e as pessoas começam a agir com base nessa percepção. Quando você vê, na realidade, o que aconteceu foi que passou algo diferente.



Então, respondendo a sua pergunta, acho que a percepção acaba sendo importante, porque afeta as decisões reais. Há exageros ao longo do tempo? Sim, há, e o nosso papel como autoridade monetária é insistir nas nossas políticas para reverter ou fortalecer a percepção na direção correta, que, digamos assim, ajude a consolidar um processo de recuperação da economia, que já está em curso, ainda que gradual.

Como nós vimos na comparação internacional, estamos muito bem colocados tanto neste primeiro semestre quanto na projeção para o ano, como V.Exa. citou nos dados do fundo monetário.

Do nosso ponto de vista, não ficamos nem alterados com o tipo de percepção. Nós simplesmente reconhecemos que ele afeta, e as nossas políticas são no sentido de melhorar o quadro. Acho que estamos tendo sucesso nesse quesito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Presidente.

Deputado Pedro Eugênio, V.Exa. gostaria de fazer mais alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO - Estou satisfeito com as respostas. Eu apenas combinaria aqui com o Deputado Júlio Cesar uma reunião técnica com a sua equipe para que nós possamos sondar se a percepção do Banco Central a respeito do projeto mudou com o tempo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Fábio Ramalho.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Sr. Presidente Edison Lobão Filho, Presidente Tombini, o Banco Central e o COPOM têm como uma das suas principais funções a de buscar que a inflação se situe dentro da meta estabelecida. Nos últimos meses, a taxa de inflação anual tem se situado próxima de 6%, o teto da meta. Muitos especialistas dizem que esse fato é devido a serem excessivos os gastos do Governo quando comparados às receitas públicas.

O COPOM e o Banco Central adotarão uma medida monetária mais restritiva aumentando os juros para que a inflação encaminhe para 4,5%, que é o centro da meta da inflação?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Presidente Tombini. (*Pausa.*)

O Deputado Fábio Ramalho tem uma segunda pergunta?



O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Tenho uma segunda pergunta.

O Tesouro Nacional emite títulos para repassar ao BNDES. Com esses recursos, o Banco oferece empréstimos a juros subsidiados até mesmo para grandes grupos econômicos. Essas operações não terminam por obrigar que a política monetária seja de juros mais altos? Como o Banco Central e o COPOM neutralizam a expansão do consumo que essas operações produzem?

Ainda: essa prática do Tesouro Nacional e do BNDES inibe a oferta de crédito voluntário na economia brasileira, fazendo com que o nosso mercado financeiro fique atrofiado?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Presidente Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Fábio Ramalho.

Em relação às demais políticas do Governo na área macroeconômica, o Banco Central as toma como um dado da realidade. Eu mencionei há pouco a nossa visão sobre a questão dos impulsos fiscais. O Banco Central toma todo o conjunto de políticas e a evolução de algumas variáveis-chaves que estão fora do alcance do Banco Central para tomar suas decisões de política monetária, como V.Exa. mencionou, com o objetivo de conduzir a inflação para a meta.

O Comitê de Política Monetária tem reuniões de 6 em 6 semanas para decidir o curso da política monetária. Obviamente, teremos a próxima reunião no começo de outubro. Vamos avaliar todos esses dados para saber a necessidade de atuar com o objetivo sempre de conduzir a inflação para a meta.

A inflação acumulada em 12 meses, V.Exa. mencionou, está em torno de 6% e já esteve em torno de 6% e 7%. Há 2 meses, ela caiu em direção a 6%. Esperamos que este mês ela avance ainda mais no sentido da convergência. Vamos avaliar todas as variáveis, inclusive a questão dos gastos que V.Exa. mencionou para tomar uma decisão nas próximas reuniões do Comitê de Política Monetária.

Em relação à questão específica do BNDES, V.Exa. bem sabe que o BNDES também é uma entidade regulada do Banco Central. Então, nós procuramos não tecer comentários sobre políticas específicas de instituições sob nossa regulação e supervisão.



V.Exa. fazia menção à questão bem mais econômica da ação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que é um grande participante desse mercado de crédito. Naturalmente o canal de crédito é um canal importante para a condução da política monetária, e obviamente é mais uma informação relevante na determinação da política monetária do Banco Central saber como está, digamos assim, evoluindo o canal de crédito da economia. Então, certamente esse e outros aspectos são levados em consideração no momento em que o Banco Central cometer dissídio sobre política monetária.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado.

O Deputado Fábio Ramalho se encontra satisfeito?

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Satisfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra agora o Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, meu querido Altamir, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, boa tarde.

Sr. Presidente do Banco Central, eu estava em compromisso externo e não assisti a sua palestra, mas já peguei a memória, que foi distribuída para todos.

Relativamente à manutenção de reservas internacionais, o senhor falou, sem considerar a variação cambial, em 37,7 bilhões — isso está na página 6. Na página 7, a variação cambial, no mesmo período, o primeiro semestre, foi positiva: 16,3. Somando, isso vai dar 54 bilhões de diferença. Evidentemente aqui está em reais, e nossas reservas são em dólares.

Observo que os 374 bilhões de dólares já foram maiores no passado, e vejo aqui a diminuição pela intervenção no mercado de câmbio: o senhor tem vendido dólares para controlar a elevação do câmbio.

Uma coisa que me preocupa é a desvalorização que está aqui na sua palestra: 9,1% nesse período deste ano. Essa desvalorização do real e a valorização do dólar têm repercutido nas nossas exportações? Porque as nossas exportações estavam caindo pelo sentido inverso, e agora estão subindo. Eu quero saber se começa a sentir repercussão positiva, uma vez que o exportador vai ganhar mais com o dólar mais valorizado?



Segundo assunto. O que o senhor tem a dizer sobre o REFIS dos bancos. Ele foi muito questionado aqui, e nós o aprovamos recentemente, em medida provisória. Qual é o sentido, dentro do sistema financeiro, de colocar em medida provisória um REFIS para os bancos?

Terceiro. A atividade econômica que mais tem contribuído inclusive para a nossa balança de pagamentos é a atividade agrícola: 187. Embora a CONAB e o IBGE já tenham inibido um pouco essa produção agrícola para 183, 184, ela ainda é muito expressiva. Agora, se se desse um pouco mais de subsídios... Eu vejo que os subsídios para a atividade agrícola são menores do que para determinadas atividades, principalmente a industrial, que cresce menos e contribui menos para nossa balança de pagamento.

Em relação ao BNDES, é como o Deputado Fábio disse: o BNDES foi capitalizado, de 2008 para cá, em mais de 300 bilhões com recursos captados no mercado à taxa SELIC e emprestados ao mercado financeiro, às empresas, como subsídio. Só este ano — está no balanço do próprio Tesouro Nacional —, o subsídio foi em torno de 12 bilhões de reais. O senhor acha que vale a pena captar recursos à taxa de juros da SELIC e emprestar às vezes por menos da metade do valor captado?

Por fim, Presidente, o *spread*. Quando o Deputado Pedro Eugênio, com mais dois colegas de partido, apresentou o projeto de metas para o *spread*, nós tínhamos um dos *spreads* mais altos do mundo: 36. Eu já vi que ele baixou, e muito. Agora, o que contribuiu para abaixá-lo? Foi um maior controle do Banco Central, principalmente na diminuição daquela espécie de cadastro positivo que o banco tem e que transfere a informação para todo o sistema financeiro, ou foram maiores cuidados tomados pelo próprio sistema financeiro?

O Deputado Pedro Eugênio disse que uma das grandes preocupações de seu projeto eram os cartões de crédito. Eu colocaria, além do cartão de crédito, o cheque especial, porque nunca vi coisas tão caras quanto cartão de crédito e cheque especial no Brasil. E também o crédito consignado, Presidente: eu acho que o crédito consignado, que tem quase 100% de garantia, acima de 25% é muito caro, principalmente para a população pobre do Brasil.



São esses os questionamentos, Presidente, que tenho a fazer. Fico feliz com nossas reservas, mas também um pouco preocupado, porque elas estão caindo. Elas já foram mais expressivas — o próprio gráfico que o senhor mostrou aqui indicou que elas já foram mais expressivas. Quanto à desvalorização do real, gostaria que o senhor explicasse bem se ela vai repercutir, ou se já está repercutindo, no saldo da nossa balança de pagamento, que tem diminuído consideravelmente de 4 anos para cá.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Júlio Cesar.

Sugiro ao Presidente Tombini que tome cuidado ao responder ao Deputado, que é conhecido como o arquivo ambulante da Câmara.

Com a palavra o Presidente.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Sr. Presidente; obrigado, Deputado Júlio Cesar, por abordar várias questões.

Em relação às reservas internacionais, como eu mencionava talvez pouco antes de sua chegada à Comissão, o fato de termos acumulado esse colchão de segurança e liquidez nos permite fazer uso de diversos instrumentos. Temos um amplo rol de instrumentos que podemos usar para fornecer tranquilidade num momento de maior volatilidade no câmbio.

Então, o que nós temos feito neste período desde o início do ano, desde maio, mais especificamente... Desde 22 de agosto anunciamos um programa com duas frentes. Uma frente é fornecer proteção cambial por meio de *swaps* cambiais. Na realidade, uma venda a futuro, só que não há envolvimento de moeda, do dólar — é um contrato de troca de indexador em que o Banco Central oferece a variação cambial mais uma taxa de juros em moeda estrangeira e recebe, nesse caso, a taxa de juros básica da economia. Essa troca de indexador não envolve a própria reserva física. Obviamente, se o Banco Central não tivesse reserva, ele não conseguiria utilizar um instrumento dessa natureza, porque o mercado simplesmente não receberia esse instrumento como uma proteção verdadeira para variações de câmbio. Então, o fato de termos esse lastro nos permite usar instrumentos — neste caso, derivativos — que não sensibilizam a reserva física.



A outra frente desse programa é a venda de moeda — aí, sim, a venda física — com o compromisso de recompra: em 3 meses, 4 meses, 6 meses, essa moeda é devolvida às reservas internacionais. Quer dizer, não estamos sensibilizando um conceito mais amplo de reserva, a reserva física do Brasil. Obviamente há as flutuações cambiais lá de fora, como V.Exa. bem reconheceu. O nosso balanço é feito em reais e, como houve uma desvalorização de praticamente todas as moedas contra o dólar — com o real não foi diferente, V.Exa. mencionou os valores —, nosso balanço em reais, aquele ativo que está registrado em reservas internacionais se valorizou.

Então, é isso o que nos permite, de um lado, ter uma valorização do ativo e, de outro, oferecer proteção à economia como um todo contra flutuações cambiais. Quer dizer, a reserva está intacta. Há movimentos de taxas de juros lá fora, há movimentos de moedas contra o dólar, mas não houve redução das nossas reservas. Não reduzimos as reservas — ao contrário, elas estão aplicadas majoritariamente em dólares, mas também há uma pequena diversificação, como os bancos centrais fazem.

(Não identificado) - Mas chegou a 379 (*inaudível.*)

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Numerário, dólar.

(Não identificado) - Em dólar.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Numerário, dólar, está certo? Nossos investimentos são majoritariamente em dólar, mas há também investimentos em euro, em iene, em libra esterlina... Então, quando se pega o numerário em dólar, isso não quer dizer que os investimentos em outras moedas tenham variado. Na realidade, eles aumentam de valor naquelas moedas.

(Não identificado) - Mas em dólar é mais de 80%?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Em dólar, mais de 80% — a exposição do País reflete isso, pois é majoritariamente indexada ao dólar.

Bem, em relação a isso, é o que eu gostaria de dizer.

Quando à depreciação do real no período, ela certamente vai impactar o comércio exterior. Há defasagens envolvidas que há tempos transcorrem. Há também a natureza do mercado internacional, que pode estar no momento mais vendedor do que comprador — não afeta só ao preço. Mas, certamente, ao longo do



tempo, um real menos valorizado ou mais depreciado vai ter impacto sobre as exportações e importações. Pelas exportações responde também a renda mundial: se a renda mundial estiver expandindo, elas são favorecidas. Então, vai haver um impacto positivo.

Em relação ao REFIS dos Bancos, uma decisão do Congresso. Nós temos, enfim, pouco a dizer a respeito, a não ser o fato de que, conforme a Lei nº 12.249, isso permitiu alguma reestruturação de que as instituições financeiras se valeram ao longo do tempo. A lei é de 2010 e, se entendi o que V.Exa. mencionou, não há muito o que dizer sobre o fato de que há uma lei chamada de REFIS dos Bancos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - A lei é de 2010.

(Não identificado) - Ele está falando da MP 615.

(Não identificado) - Ainda não chegou à mesa do Presidente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - A 615 tem várias matérias... E eu me foquei na questão do mês de pagamento, que foi também... Enfim, nós vamos avaliar os detalhes disso. A lei ainda não foi sancionada, certo?

(Não identificado) - Ainda não.

(Não identificado) - O senhor vai ser consultado sobre os vetos, com certeza.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Bem, se V.Exa. diz...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Muito bem. Em relação à atividade agrícola, Sr. Deputado Júlio Cesar, V.Exa. mencionava a contribuição da agricultura para a economia, para o balanço de pagamentos. Certamente isso é algo reconhecido pelo poder público, e há ações no sentido de assegurar recursos para a agricultura. Quero lembrar que, no período de 2012-2013, houve um aumento dos recursos no montante de 126 bilhões de reais, um aumento de quase 24% em relação ao período anterior. Há também, para este ano, projeção de uma elevação na faixa de 20% em relação à safra que se encerra no período de 2012-2013.



Então, de fato, os recursos para a agricultura têm sido, digamos, preservados, direcionados e até ampliados de forma relevante. São os dados que nós temos aqui em relação ao assunto.

O seu último questionamento sobre...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Certo. Bom, de fato, a produção agrícola para este ano deve aumentar na faixa de, como eu coloquei, 15%, 15,5%, 15,7%. Será uma produção recorde de grãos, 186, 187 milhões de toneladas. O fato é que vem vindo muito bem esse segmento da economia e foi um dos que contribuíram bastante para o crescimento do PIB na economia, principalmente no primeiro semestre do ano.

Em relação ao seu último questionamento, do *spread* bancário, V.Exa. reconhece que há uma redução do *spread* ao longo do último ano, ano e meio. Há uma série de razões, talvez, para isso. V.Exa. menciona duas, uma do ponto de vistas das informações do Cadastro Positivo. Recentemente passou uma lei que está sendo implementada. A partir de 1º de setembro entrou em vigor o novo Cadastro Positivo. Acho que isso vai ser um fator importante para a redução do *spread*, para a consolidação do movimento que ocorreu.

Nós do Banco Central reduzimos o nosso limite há algum tempo, há cerca de 2 anos, de 5 mil para mil. A partir de mil, os registros das operações de crédito, obviamente que isso aumentou e muito.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Quatrocentos milhões mais ou menos, não é?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - É. Aumentou e muito — 400 milhões de informações adicionais estão disponibilizadas para o sistema. Isso torna, enfim, a capacidade de estender o crédito com segurança, mais presente.

Também acho que os cuidados das instituições é relevante. Nós tivemos um aumento da inadimplência a partir de 2010, e esse processo começou a sofrer uma redução desde o final do ano passado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Aumento da inadimplência?



O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Aumento lá desde o final de 2010, meados de 2012. A partir de 2012, no final de 2012, vê-se um processo de redução mais forte da inadimplência.

Então, isso é um fator importante que V.Exa. mencionou no comportamento do *spread*, que está nas mínimas históricas no momento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Presidente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Mas, Sr. Presidente, eu ainda tinha um questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Júlio.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - O banco coloca o lucro sobre o *spread* e coloca uma taxa de administração muito alta. Já que o Banco Central diminuiu de 5 mil para mil e aumentou o universo, mais do que dobrou, pois o universo é bem maior, por que ainda continua alta a taxa de administração dos bancos na administração do *spread*? Por quê?

O *spread*, apesar de ter baixado, reconheço, ainda é muito alto. Nos países mais desenvolvidos, o *spread* é 2%, 3%, 4%; o nosso é vinte e tantos por cento, apesar da queda.

Então, o que faz a composição do *spread* são esses arranjos que os bancos encontram, principalmente essa taxa de administração. Se eles já têm o lucro, para que essa taxa de administração tão alta, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vamos estabelecer aqui uma metodologia, já que a Ordem do Dia se aproxima e ainda há vários inscritos. Vamos nos limitar agora às indagações, às inquirições, sem réplica, para que possamos atender a todos.

Presidente Tombini, por favor, responda à última indagação do Deputado Júlio Cesar.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Deputado Júlio Cesar, se eu entendi, também há questão relativa às tarifas, à taxa de administração de recursos por parte dos bancos, por meio das quais eles cobrem parte das despesas administrativas com isso.

Então, essa também é uma área de ação, o Banco Central já trabalhou bastante nisso, tanto no que diz respeito às tarifas bancárias quanto às tarifas de



cartão de crédito. Há um par anos, houve essa nova legislação de tarifas de cartão de crédito, com a redução do número de tarifas existentes. E há sempre um programa de avaliação disso. Nós temos trabalhado nesse assunto com a Secretaria Nacional do Consumidor — SENACON e também com a 3ª Câmara do Ministério Público Federal nas questões relacionadas a tarifas e *spread* bancário.

Então, reconhecemos os avanços em relação a essa agenda. Nós temos um programa de trabalho para continuar avançando na redução desses custos bancários.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado.

Deputado Júlio Cesar, V.Exa. sabe que esgotou todas as perguntas do nosso Deputado Edinho Bez. (*Risos.*)

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Tudo bem.

Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA - Sr. Presidente, Lobão, Ministro Tombini, nosso colega Edinho Bez, Altemir Lopes, dirigente do Banco Central, em relação a essa discussão, a gente sempre pergunta o que está acontecendo com o Brasil, porque nós vemos aqui no relatório que a situação está muito positiva, mas o noticiário é muito negativo, é terrível. Há uma pressão de dois ou três órgãos da mídia que é um negócio espantoso. Como eles têm força! Nossa, é impressionante! Arvoram-se até em serem donos da opinião pública. Então, é uma coisa muito forte. E, de certa forma, isso tem produzido alguns efeitos no nosso País. Eu fico impressionado. Acho que seria importante nós indagarmos sobre esse problema da inflação no Brasil, porque o controle da inflação é sempre uma questão central do banco.

O senhor afirmou que, desde abril, nós aplicamos uma política de elevação da taxa de juros como instrumento de contenção da inflação e, ao mesmo tempo, afirmou que ela produz efeitos a médio prazo. Nós começamos a elevar a taxa de juros de abril em diante, então esse efeito se dará normalmente 5 meses, 6 meses depois.

O fato é que parece que o problema do tomate gerou resultados mais adiantados. Ou isso seria apenas um efeito emocional ou até espiritual da inflação?



Porque ela começou a ceder mesmo antes que esses efeitos lógicos pudessem aparecer. No primeiro aumento da taxa, a inflação já começou a cair. Se você pegar de maio para cá, mesmo a queda sendo pequena, você vê uma queda da inflação. A inflação vem descendo, descendo, descendo. Era o tomate ou havia problemas maiores? Porque, se for o tomate, nós vamos viver esse drama daqui a pouco novamente, porque começou a chover, e o tomate fica caro. Não tem jeito! E mais gente, com aquela ideia do Lula de três refeições por dia, passou a comer muito mais tomate.

Este problema é crucial para nós: o controle da inflação. Você vê que ela foi contida, mesmo antes que esses efeitos lógicos pudessem surgir — e talvez até caia mais. Ela vai ficar dentro dessa taxa. Eu preferiria que ela fosse menor, que o centro da meta fosse até menor. Em vez de ser 4,5%, fosse 3,5%. Assim, a gente conseguiria estar em 3,5%, o que ajudaria a derrubar a taxa de juros. Eu acho que esse é um problema com o qual a gente convive no Brasil num longuíssimo prazo, quer dizer, a taxa de juros no Brasil tem que ser sempre alta, tem que ser sempre difícil.

Eu sei da sua imensa responsabilidade, porque todo dia V.Exa. tem que lidar com o problema, porque ele aparece na sua mesa e não na minha, nem na do Danilo, nem da do Lobão. V.Exa. é que tem que cuidar do assunto, e nós vamos cobrar de V.Exa. Mas essa é uma questão da economia brasileira que eu acho sempre muito crucial. Não há nenhum dos agentes econômicos que olhe e diga: *“Bom, com essa taxa, é fácil nós lidarmos com o Brasil”*. Isso cria problemas em todas as áreas e demanda ajustes em todas as áreas da economia, porque a taxa impacta todo mundo. Então, você vê qual é a inflação em queda antes dos efeitos lógicos, digamos assim... Se for assim, em 5 ou 6 meses ela vai produzir efeitos. Antes disso, nós já tivemos a queda da inflação.

Digamos que haja esse efeito emocional de que ela, sentindo que você está tão forte a ponto de manter uma mão pesada, resolveu logo abrir. Eu não acredito que ela seja assim tão dócil, que você possa só emocionalmente resolver. Eu acho que há uma pressão muito grande por elevação de juros no Brasil e que não é só a inflação. É a pressão de ganhos mais fáceis, esse rendimento doentio da economia brasileira. O que é isso? O *spread* tem tudo para cair, mas há lucros extraordinários



dos bancos, e o *spread* não cede naquilo que a gente imagina que ele pode ceder ou que deveria ceder.

Então, essa luta do Júlio... O Chico Lopes tem lutado aqui intensamente, com aquela simplicidade dele. Mas ele é auditor da Fazenda Municipal, então entende perfeitamente do que nós falamos. Então, essa lógica... Por que a gente não consegue sair dessa ciranda miserável imposta à nossa economia? Porque se fosse só o tomate, gente, sinceramente... Não dá para acreditar nisso. Por que essas pressões são tão gigantescas em torno da economia brasileira? Sem falar em outros setores da economia brasileira, porque evidentemente o Banco Central também tem interface com eles. Mas vejam, só no setor de petróleo, a dificuldade que o Brasil tem para garantir o conteúdo nacional para poder fabricar uma sonda, mesmo um petroleiro. E, quando se questiona a empresa brasileira ou as empresas que vêm para cá, dizem: *“O dinheiro de vocês é caro demais! Vocês estão com um dinheiro muito caro”*.

Será que isso é verdade mesmo? É o nosso dinheiro que é caro? São essas pressões de fora? É esse problema estrutural nosso? É a infraestrutura brasileira que não permite a gente andar com taxas de juros mais aceitáveis na economia brasileira? Nós temos nos enredado com isso. Essa é uma questão que temos discutido intensamente. Pelo menos no meu partido, que ainda é pequeno, o PCdoB, nós temos nos enfrontado nessa discussão sobre a economia brasileira e neste problema da taxa de juros no Brasil, como instrumento que cerceia, dificulta a economia brasileira. Quer dizer, é sempre um remédio amargo que nós temos que oferecer para a economia brasileira para que este possa espantar o pavor da inflação.

Então, gostaria de saber de V.Exa. se nós não estamos já numa dose... Porque tem gente pedindo juros mais elevados. Querem mais juros! Às vésperas da reunião do COPOM, há até campanha para aumentá-la, gente que já chega dizendo: *“Não, tem que ser 10%, 10,5%, 11%, que é a taxa adequada”*. É isso mesmo? Será que a taxa adequada de juros da economia brasileira é essa: 10%, 10,5%? Porque as campanhas que são feitas aí são ferozes.

(Não identificado) - Já foi 45%!



O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA - É, mas agora o mundo todo está com juro negativo! Então, sinceramente... Eu acho elevado esse patamar em que está a nossa taxa. Eu acho que nós estamos com juros reais muito altos, comparativamente, porque se você pegar a taxa americana, a taxa da Europa, a taxa da China, a do Japão... Puxa vida, não é possível! Por que eles têm essas taxas negativas? Quais são esses problemas tão graves que o Brasil tem e que essas nações já não têm mais que permitem a eles terem taxas negativas, e a gente continua com taxas reais consideradas muito elevadas no mercado?

Eu acho que esse é um problema central da nossa vida, da nossa economia. A gente não imagina, mas isso mexe com a máquina de lavar roupa da dona de casa lá da periferia de Fortaleza e com a conta de luz dela. Então, eu acho que essa questão é a charada central que nós temos que matar.

Se o senhor puder nos orientar sobre o que a gente pode fazer, eu estou aqui para ajudar o Banco Central a resolver esse problema. O senhor nos dê uma ideia, que eu quero ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Com a palavra o Presidente Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Senador Inácio Arruda, pela oferta de ajudar o Banco Central a avançar nessa questão dos juros no País.

Em primeiro lugar, eu acho que nós já avançamos bastante em relação ao passado.

Um de seus colegas mencionou taxas de juros de 45% para estabilizar a economia. Hoje nós estamos ali numa taxa, num momento de um dígito elevado, mas, enfim, numa outra realidade. Até coloquei o eslaide, que eu disponibilizei para V.Exas., da evolução da taxa básica de juros aí nos últimos 5, 6, 7 anos. E nós vemos a realidade: o Brasil mudou.

Obviamente, a política monetária não se faz por analogia. Não é por que outro país está com uma taxa de juros diferente que necessariamente vai haver convergência. Alguma convergência ocorre. De fato, esse movimento em que nós vemos a taxa básica de juros brasileira, abstraindo aí os ciclos que V.Exas. podem ver na tela, nós estamos numa tendência declinante da taxa básica que forma outras



taxas. Algumas taxas não são formadas pela taxa básica. São, inclusive, menores que a taxa básica, e isso também dá parte da explicação por que a nossa taxa está no patamar em que está. Mas, enfim, mesmo na taxa básica de juros, abstraindo o ciclo, nós andamos num declínio, ou seja, condições foram criadas para taxa da economia, taxa mais estrutural, mais neutra, seja menor hoje do que foi no passado. Isso tem a ver com a responsabilidade fiscal ao longo do tempo, tem a ver, digamos, com a redução do problema da vulnerabilidade externa da economia brasileira, acumulação de reservas, tem a ver com o aprofundamento da “bancarização” no País, tem a ver com o aprofundamento do crédito no País, que era um quarto da economia em 2002 e hoje em dia é mais de 50% da economia. Então, um canal que era menor, hoje é maior. Logo, variações menores da taxa de juros têm mais influência na economia como um todo do que tiveram no passado. Promover uma taxa de 45% para esse canal de crédito é, no mínimo, um grande problema para a economia brasileira. Lá atrás não era porque os canais estavam mais obstruídos. Enfim, era outra realidade. Então, nós temos avançado estruturalmente.

Agora, como eu disse, ao longo de 2002 inclusive, quando estavam baixando os juros, os ciclos monetários não haviam sido abolidos da economia brasileira. A política monetária funciona. V.Exa. mencionava, quer dizer, desconfia que a inflação não seja tão fraca para, no primeiro grito, ela, de fato, apresentar uma tendência de melhora, como nós vimos nos últimos tempos.

Eu tenho dito — acho que disse aqui em abril ou março, quando da minha última vinda a esta Casa — que parte integrante da política monetária é a própria comunicação. Então, quando nós começamos a comunicar, no final de janeiro, início de fevereiro deste ano, que a inflação inspirava cuidados, digamos assim — não lembro exatamente as palavras que utilizara —, isso se refletiu quase que imediatamente na estrutura de juros da economia brasileira.

Vejam os senhores o que tem acontecido nos Estados Unidos. Não fizeram nenhum movimento ainda, e, de maio para cá, a taxa de 10 anos, que é o ativo mais representativo do sistema financeiro mundial, variou de 1,60% para 3% nesse período, sem um movimento de política monetária, comunicação... Quer dizer, a política monetária começou a atuar antes de abril, como eu mencionei, e V.Exa. se recordou durante sua intervenção. Então, acho que funciona assim, é importante. Se



fosse só a inflação do tomate, nós não estaríamos aqui discutindo este assunto. Então precisa de uma ação, sim, como temos feito lá no Banco Central.

Incidentalmente temos a inflação, por exemplo, dos serviços, que tem a ver com a mudança estrutural da economia brasileira. São 35, 40 milhões de pessoas que ascendem ao mercado de consumo, demandando o segmento de não comercializáveis, que são os serviços, com pressão sobre o mercado de trabalho. Hoje nós estamos perto do pleno emprego, e a inflação, nesse segmento, tem sido elevada, acima de 8%. Ainda que tenha caído recentemente, mas cai muito gradualmente. Então, há esse aspecto.

Outro aspecto também a se considerar é este movimento internacional do dólar, que se fortalece em relação a outras moedas — praticamente quase todas as moedas dos emergentes e o real em particular. Há algum repasse cambial para a economia doméstica. Então, a política monetária tem que estar especialmente vigilante neste momento, para que esse repasse não chegue com força ao consumidor.

Todos os dias V.Exa. abre os jornais e vê essa tensão entre varejo e atacado, entre indústria e comércio. Então, é importante que haja alguém lá, o Banco Central, atuando para mitigar esse efeito para o consumidor final, senão quem paga a conta é o consumidor final.

Nós queremos minimizar isso e fazer com que esse movimento no câmbio, que foi aqui apontado como uma coisa positiva, porque vai impactar a balança comercial e de pagamentos, seja de fato mais permanente e que as mudanças sejam de preços relativos, para que não ocorra o que já ocorreu no passado: havia uma depreciação nominal da moeda brasileira, a inflação vinha e comia por dentro, e nós não tínhamos benefício com a mudança de preço relativo. Por isso a política monetária está e continuará vigilante para mitigar esses efeitos.

Então, tem, sim, efeito. Eu concordo com V.Exa. no sentido de que, às vezes, a coisa é exagerada, do ponto de vista da repercussão. Há alguns meses, parecia que o País estava à beira da hiperinflação, quando, de fato, como a inflação elevou-se de patamar, nós estávamos começando o combate à inflação. Isso tem ocorrido.

Em relação à questão estrutural, há avanços que podemos discutir. Certamente, estou à disposição de V.Exa.



O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA - Provavelmente em outra rodada, em outro dia, atendendo ao nosso Presidente, que não quer réplica. Mas trataremos do problema da taxa flutuante de câmbio. Depois, examinaremos se isso é um problema conceitual do banco, se é uma regra que devemos usar para sempre. Eu acho muito difícil ter estabilidade de taxa flutuante. É sempre algo muito complicado, muito difícil.

Nós queremos a estabilidade do câmbio, mas, com taxa flutuante, sempre há uma pressão muito forte para que ela desça e suba todo dia ao sabor... O mercado fica com muito mais força para agir, na minha opinião, do que se nós usássemos outro instrumento. Mas é outro debate.

Uma coisa está ligada à outra, não tem jeito: câmbio, juros, Lei de Responsabilidade Fiscal. Vários elementos atuam simultaneamente na formatação do preço do nosso dinheiro, que mexe diretamente... A gente não imagina. A população que está na periferia acessando pela primeira vez a um salão de beleza não imagina que está impactando a economia nem imagina que está sendo impactada pela decisão da moeda via câmbio, via juros.

Então, talvez esse seja um debate que tenhamos que fazer em outra oportunidade. Acho que seria muito importante fazê-lo, para enfrentarmos essa realidade econômica brasileira em um ano tão importante como 2014, na minha opinião.

Agradeço a V.Exa. É sempre um bom debate.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Passo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o Presidente do Banco Central, Dr. Alexandre Tombini, os demais dirigentes e servidores do Banco Central que o acompanham, colegas Deputados, colegas Senadores.

Sr. Presidente, eu não comungo desse sentimento, embora, é claro, aqui vivamos em um ambiente em que as ideias, às vezes, conflitam. Mas, felizmente, pelo menos eu posso dizer que tenho uma relação extremamente cordial com todos os colegas. No campo das ideias, às vezes, divergimos.



Eu não comungo dessa ideia de que há um pessimismo que desto da realidade, que há má vontade da imprensa, de veículos de comunicação com relação a alguns números da nossa economia, a algumas questões do interesse do nosso País, até porque o sentimento que nos une, de forma suprapartidária, é o de defesa da nossa Pátria, de valorização daquilo que é essencial para nós, haja vista o próprio real, que é algo do campo estritamente econômico, é a nossa moeda, e não tem paixões de natureza partidária. Ele surgiu no período que antecedeu este Governo e tem sido tratado com a responsabilidade que requer a moeda, um dos sustentáculos essenciais de todo o País, com suas bases econômicas.

E o senhor, com certeza, com sua equipe, faz um trabalho que nós entendemos como sendo um trabalho sério e responsável, embora tenhamos algumas preocupações, que eu quero compartilhar, que estão na mesma linha do que é manifesto com frequência pela imprensa ou até pela dona de casa. É o mundo real. Às vezes, o mundo real não consegue compreender o que, de modo popular, se chama “economês”, a linguagem mais técnica e vernácula dos estudiosos de Economia. Mas o mundo real é que deve pautar as nossas vidas aqui, porque nós estamos aqui para representar o mundo real. Nós estamos aqui para representar os cidadãos, do mais humilde àquele que emprega mil, 2 mil, 10 mil pessoas no nosso País.

Há certos fatores que estão impactando de forma direta a vida deles, os quais nós não podemos negar, e eu tenho certeza de que eles preocupam o senhor. As minhas posições são no sentido de termos uma clareza maior de como isso pode ser, está e será enfrentado.

O primeiro aspecto está associado a todas essas considerações feitas sobre inflação, juros e política cambial. A balança comercial brasileira faz parte do mundo real. O Brasil está já, há muitos anos, em declínio, com uma balança comercial negativa, e isso alcançou patamares extremamente preocupantes. A gente percebe que há, sim, uma relação com o dólar. Há, portanto, uma relação com a capacidade competitiva da indústria brasileira.

A balança comercial está negativa e tem um saldo negativo maior ainda a cada momento e continua sustentando-se em *commodities* — no minério, na agricultura —, como um dos principais pilares da parte positiva. Tirando isso, o



desastre é monumental, quando se faz uma análise da nossa balança comercial indústria/indústria, manufaturado/manufaturado.

Há outro fator que não pode ser ignorado. A indústria brasileira caiu nos últimos anos. Isso não começou agora, pois vem caindo em níveis muito significativos sua participação no PIB — são dados do próprio Governo. A participação da indústria no PIB brasileiro está na casa de 13%; ela já esteve próxima do dobro disso. A indústria brasileira está sofrendo, e isso é algo que tem um efeito de longo tempo. Não se construiu o parque industrial brasileiro em um governo. Isso não é propriedade de um governo ou de uma linha ideológica. Isso é um patrimônio da nossa Nação e tem de ser preservado. Tem de se trabalhar para que a indústria brasileira volte a crescer, a ser competitiva.

Eu já começo a trazer algumas indagações a V.Exa. É claro que nós respeitamos o fato de o Banco Central ter missões de curtíssimo prazo. Aqui foi lembrado do tomate, que virou um vilão. Há quem diga que não se aumentou a gasolina por causa do tomate. Que bom que não se aumentou a gasolina, mas até que ponto isso se sustenta? A sustentabilidade deve ser uma preocupação do senhor ao presidir o Banco Central. Uma política econômica tem que ter sustentabilidade. Essa é uma das chaves do Plano Real: a sustentabilidade. Essa palavra não é bonita ou da moda, só para ecologia; ela é fundamental na vida das pessoas.

Na economia, acredito eu, com a minha simplicidade de agricultor e de médico veterinário, ela é essencial. Uma política econômica sólida tem de ser sustentável. Será que nós vamos sustentar a nossa inflação em patamares aceitáveis, embora ela tenha subido? Embora ela esteja com alguns indicativos de ascensão a serem analisados no primeiro semestre inteiro? Porque análise de inflação não se faz em um mês ou em um trimestre; é, no mínimo, em um ano. Quando se analisa um ano, ela tem indicadores preocupantes, que merecem ação.

Mas é uma política cambial que de certa forma sinaliza que o câmbio flutuante, um dos sustentáculos ou um dos pontos de sustentabilidade do Plano Real, começa a ficar comprometido. Leilão programado ao longo de vários meses parece um remédio adequado para segurar o dólar por alguns meses. Mas daqui a pouco teremos a prática de leilão programado para 2015, daqui a pouco? Nós



vamos partir do princípio de que nós vamos sempre ter que vender dólar, com uma balança comercial negativa, com juros altos, com uma inflação que também sinaliza alta, com uma indústria com baixa competitividade, suportando o Governo, que segura o dólar e o que aumenta os juros? Será que é esse o remédio? Há sustentabilidade nisso em longo prazo?

E aí, Ministro, entra uma questão, com todo o respeito: política econômica, se ficar atrelada demais a processo eleitoral, é um desastre a médio e a longo prazos para o País. Eu sei que V.Exa. se posiciona. Aliás, eu sempre entendi que o Banco Central tem de ter independência absoluta. Nas economias sólidas do mundo inteiro é assim. Eu quero o nosso Brasil com uma economia sólida, com a qual se tenha segurança.

Acho que é preciso ter cuidado para agir. Achei interessante a brincadeira: será que nós vamos dar graças a Deus por uma decisão do FED, o Banco Central americano? O Presidente fez isso com a sua espontaneidade, mas com a responsabilidade de quem sabe que os Estados Unidos são um parceiro comercial importante — parece que é o segundo maior parceiro comercial do Brasil. É uma economia que é uma referência no mundo. Dá para fazer bravata, nesta hora, em relação aos Estados Unidos? Será que isso ajuda o Banco Central? Será que isso ajuda a nossa economia? Será que há sustentabilidade, portanto, volto a insistir, nessa forma de tratar a política cambial brasileira? Será que não são fatores como esses, somados ao desequilíbrio das contas públicas — algo sério — que fazem a inflação estar aí, persistindo?

E digo “desequilíbrio das contas públicas” porque há uma expectativa de superávit. Pelo menos a meta de superávit seria de 2,3% do PIB ou algo assim. Já tivemos aqui de votar um projeto nesta Comissão, além do PAC, incluindo as desonerações para deduzir desse superávit que se esperava, ou seja, flexibilizando um pouco as metas que se esperava alcançar.

E quero concluir o raciocínio reiterando um respeito profundo ao esforço de V.Exa. e da equipe. Mas esse esforço não pode ficar comprometido por alguns raciocínios imediatistas. Eu acho que política econômica tem que ter sustentabilidade a longo prazo. Preocupa-me um país cuja política cambial trava a



indústria brasileira, um país em que voltam a aumentar juros com a indústria brasileira tendo um crescimento pífio.

Quando a gente coloca que o PIB é Pibinho, não é porque eu queira com isso fazer uma referência pejorativa ao meu País. É porque eu tenho consciência de que meu País tem indicadores sociais, econômicos e de crescimento que ainda estão muito aquém do que nós queremos e merecemos. Ora, quando alguém bate um recorde mundial, para se superar, é muito difícil. Mas quando a gente está lá atrás ainda na fila, crescer dois e pouco por cento é muito pouco. Somos um país que está entre os menores crescimentos de toda a América Latina e vamos dizer que está bom demais? É claro que não está bom! Nós temos que crescer mais do que isso. E pior: quem disse que iríamos crescer próximo de 5% ou algo em torno disso foi a Presidente da República, que estabeleceu uma sinalização para este ano.

Então, é absolutamente razoável que haja notícias da imprensa dizendo que o PIB está pequeno; que se sinalizou uma coisa e se alcançou bem menos; que a inflação cresceu, porque ela cresceu mesmo; que a política cambial está representando um arrocho para a competitividade da indústria brasileira. A balança comercial está demonstrando isso, está claro.

Para finalizar, eu deixaria uma pergunta: há sustentabilidade na forma como estão sendo geridas as macroquestões da nossa política econômica?

A outra consideração que faço é mais pontual. Há poucos dias aprovamos aqui — chegou um pouco de última hora, como é relativamente comum ocorrer com as medidas provisórias — um REFIS para bancos e para seguradoras, um refinanciamento. Não seria adequado que isso fosse oferecido a todas as empresas? Isso não daria um fôlego à economia brasileira? Isso não ajudaria a buscar o crescimento? Não seria inclusive mais justo, do ponto de vista da isonomia? Se eu vou fazer REFIS, por que eu vou fazer para banco, que foi o setor que mais lucro teve?

E nessa linha ainda, de bancos, eu não posso deixar de fazer um apelo ao senhor. Talvez até fosse o caso, se o senhor achar por bem, a gente sentar e conversar com alguém do Banco Central. Creio que não seja do Banco Central, porque eu já tratei desse assunto numa ocasião — se não me falha a memória, foi até com o senhor — e sei que o senhor é uma pessoa que tem incentivado o



cooperativismo de crédito, de onde eu venho. O cooperativismo de crédito, por sinal, cresceu muito no Governo Lula e tem crescido no Governo Dilma. Não posso crer que haja qualquer má vontade com relação ao cooperativismo de crédito. Ele tem crescido e tem cumprido um papel importante na popularização dos financiamentos, na amplitude do acesso ao crédito e, principalmente, no controle de tarifas. O senhor sabe muito bem que as cooperativas são campeãs em termos de diminuir custos.

Pois bem, há um projeto de lei de minha autoria que não dá nada a mais à cooperativa de crédito do que aquilo que todo banco privado tem dado na relação com o poder público. A preferência é do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, onde eles existem, mas não há proibição de que uma Prefeitura faça o pagamento de uma folha de pagamento, faça uma operação de depósito à vista em bancos privados. Não há esse impedimento.

Com as cooperativas de crédito, Presidente, há um absurdo. Às vezes, a cooperativa é uma das melhores empregadoras de uma cidadezinha pequena. É ela que ajuda a economia. A Prefeitura daquela cidade pequeninha tem que pagar a folha de pagamento dos funcionários na cidade vizinha, porque a única instituição financeira naquela cidade é a cooperativa de crédito. Eu tenho vários exemplos disso em Minas Gerais. Ela é a única instituição, mas tem sido proibida de receber o depósito à vista ou de fazer o pagamento dos funcionários e uma série de operações corriqueiras com as Prefeituras.

O nosso projeto apenas garante, dentro da lei das cooperativas de crédito, a possibilidade de elas realizarem essa operação, obviamente respeitadas todas as regras do Banco Central. Aliás, já é assim. O Banco Central tem um papel fundamental na seriedade das cooperativas.

Eu queria terminar, mais uma vez cumprimentando o senhor e a sua equipe pelo esforço, mas reiterando que eu acho que não há mercado, não há ambiente de notícias alardeadoras, não. Eu acho que há um pouco mais de preocupação quanto à sustentabilidade da política econômica brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio.



Só para esclarecer a minha brincadeira, quando eu disse graças a Deus, era em função de não haver nenhuma mudança e da presença do Presidente aqui. Caso houvesse a mudança, poderia ser que ele tivesse que fazer alguma adaptação, e certamente seria postergada, pela presença dele nesta Comissão. Não que eu esteja torcendo contra os Estados Unidos, pelo contrário.

Tenho o prazer de passar a palavra agora ao Deputado Alfredo Kaefer e, logo a seguir, ao Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente do Banco Central, Presidente da Mesa, Senador Lobão, Sr. Altamir Lopes, que está sempre conosco lá na CFT, aproveito o momento para dizer que não é proibido ao Presidente do Banco Central também vir às nossas reuniões da Comissão de Finanças e Tributação, nem que seja vez por outra. A gente tem um ambiente bem informal e trata lá das coisas com muita sintonia.

Eu começo aqui também a falar de taxa de juros. Parece que é o único instrumento que nós temos de controle de inflação. E aí eu sou crítico ao dizer que nós deveríamos estar combatendo a inflação não por política monetária, e sim por política fiscal.

Às vezes, até fico me indagando se o Presidente do Banco Central e o Ministro da Fazenda não têm sintonia adequada — e isso não vem de hoje — para dizer: *“Ministro, se não for assim, a coisa vai descambar, e não vamos ter outro jeito: vamos ter que subir as taxas de juros. Controle os gastos, tome lá as suas providências fiscais, para que a gente não tenha que subir taxa de juros.”*

Aumentando taxa de juros, sou também bastante descrente e gostaria que me provassem que de fato o aumento da taxa de juros é o que dá efeito para o controle da inflação. Coincidentemente ou não, há sempre outros ingredientes que vêm junto. Por exemplo, agora a inflação deu uma segurada, tivemos uma safra boa, e os preços das *commodities* caíram. Então, será que foi a taxa de juros, que subiu, ou foram outros fatores — safra, mais oferta de produtos, redução de consumo, porque nossas famílias estão endividadas — o que fez de fato baixar ou segurar a taxa de inflação?



Sr. Presidente, eu me dedico muito a estudar isso, a ler sobre isso, e percebi que muitos países que têm situações semelhantes à nossa, que tiveram impactos um pouco maiores de inflação, via de regra, não usam o aumento da taxa de juros como instrumento. Vários deles não usam. Eu li outro dia, por exemplo, que a Índia teve, recentemente, um efeito de inflação um pouco maior do que o normal, mas não extrapolou a taxa de juros de forma tal que ela seja maior do que a inflação. Hoje, por exemplo, ela é no mínimo 50%, 60% acima da nossa inflação, que é projetada em 9%. E nós temos 50% a mais de taxa SELIC sobre a inflação projetada. O senhor sabe que isso tem impacto.

Falamos de *spread* bancário. Tudo isso repercute, porque, se uma taxa SELIC está em 9%, a duplicata para o comerciante está em 40% ou em 50%, e a taxa de juros para o consumidor já está próxima de 100%. Aí vem lucro de banco, *spread*, inadimplência. Soma-se tudo isso, e o brasileiro paga uma taxa de juros altíssima.

Há outra questão, que se refere a mais um aspecto dessa situação da taxa de juros. Eu estou no segundo mandato aqui na Câmara e, no período da crise do Lehman — agora faz 5 anos que isso aconteceu —, nós cobramos do Presidente do Banco Central à época, Henrique Meirelles, a razão de naquele momento não ser a hora de baixar a taxa SELIC com um fator mais forte. Se lá na frente, como de fato aconteceu, nós tivéssemos que subir a taxa de juros para segurar a inflação de 7% para 9%, ela poderia ter sido, quem sabe, de 5% para 7%.

Ficamos 6 meses sem nenhuma reação inflacionária, com os produtos estabilizados. Havia até um clima de deflação, e o Banco Central foi extremamente tímido e acanhado em reduzir a taxa de juros, quando ele poderia ter dado uma pancada de, no mínimo, 2 pontos a menos, e agora nós estaríamos tendo esse reflexo sobre uma base menor.

Taxa de juros de câmbio flutuante para mim é uma grande falácia. Taxa de juros, câmbio livre e dólar flutuante só cabem quando se tem uma taxa de juros extremamente baixa, a exemplo do Japão e de alguns países da Europa, eventualmente, e assim por diante. Nós, que temos taxa de juros alta, jamais vamos ter uma taxa de câmbio flutuante e algo equilibrado para o mercado. Não me diga



que isso não tem fator de Banco Central junto. Nós somos críticos. Não deveríamos ter deixado o real ser valorizado a ponto de o dólar chegar a 1 real e 65 centavos.

Essa situação de desindustrialização... Não vamos chamar de desindustrialização, mas a indústria sofreu muito. Criamos milhares de empregos na China, na Ásia e prejudicamos o Brasil, porque não há competitividade que consiga fazer frente a uma taxa de câmbio daquelas. E aí o banco diz: *“Não, mas o dólar é flutuante”*. Agora o Banco Central mostrou que quem fez o dólar refluir foi ele próprio, tanto para cima quanto para baixo. Os senhores deram sinal de que entrariam pesado, e o dólar voltou: foi de 2 reais a 2 reais e 30 ou 40 centavos porque os senhores deram sinal de que iam deixar correr. Então, ninguém me diga que o dólar flutuante não tem influência do Banco Central. Isso é absolutamente certo.

Quanto às dívidas de curto e longo prazo, eu perguntei aqui ao Relator da LDO sobre o Orçamento da União do ano que vem: será de cerca de 2 bilhões. Eu sou favorável a termos reservas cambiais boas, de bom número. Mas por que nós temos que ter de 20% a 25% do nosso Orçamento guardados em reservas lá no exterior? Quanto custa isso para o País, aplicado a 1% a 2% de taxa de juros, quando nós aqui pagamos 9% de taxa SELIC? Nós — é absolutamente certo —, se tivéssemos 200 bilhões de reserva cambial, tenho certeza de que teríamos um colchão preventivo suficiente para fazer isso.

Por que não botar esses recursos e, de forma oficial, reduzir as reservas pela metade e criar condições para que empresas brasileiras no exterior financiem de lá as importações do Brasil, para que a gente possa fazer crescer as nossas exportações? Isso é uma ideia que acho ser factível. São quase 400 bilhões de dólares em reserva, a qual não vejo razão de existir.

Em relação a atração de poupança externa, nós sabemos que não vamos ter, a curto e a médio prazos, poupança interna de 20% ou de 25% do PIB para fazer frente ao crescimento econômico. Quais são, a seu ver, os instrumentos adequados? Eles têm que ser buscados no exterior. Eu sei que precisamos ter contratos firmes, regras estáveis, mas quais são, a seu ver, os instrumentos que nós poderemos criar para atrair mais capital do exterior, evidentemente, sem termos que



fazer uso da vaca holandesa, para não pressionarmos novamente a moeda, e ter o real extremamente valorizado?

Faz 5 anos que nós vivemos a crise do Lehman. Nós sabemos que um dos fatores principais foi o descontrole que os americanos tiveram sobre as instituições financeiras que estavam fora do controle do Fed. Estavam livres empresas de investimento, etc. Que controle, que mecanismos o Banco Central tem hoje no Brasil sobre as instituições de crédito, de financiamento que estão fora do controle do Banco Central? Eu falo de fundos, de FIDC. Eu falo, por exemplo, de empresas de *factoring* hoje — e estou trabalhando nisso aqui na Câmara. Há empresas de *factoring* do tamanho de bancos que estão totalmente fora do controle do Banco Central. Essa é uma questão.

O que o senhor tem a dizer — está tramitando no Senado, e nós vamos versar isso — sobre o Banco Central ser independente? Qual é a sua visão sobre isso?

E mais: sobre esse imbróglio todo, como o senhor veria a circulação livre de moeda estrangeira no Brasil, como alguns países têm? Até o nosso vizinho Paraguai pode movimentar o guarani, a moeda deles, livremente o dólar, pode ter conta em dólar.

E outra questão, até pequena: por que o Banco Central optou por trocar o nosso papel moeda? Qual é a razão disso? Eu até acho — isso é uma questão pessoal — que não faz sentido você ter várias moedas de tamanho diferente. Disseram que foi para as pessoas cegas identificarem melhor, mas foi um gasto extraordinário totalmente descabido, na minha opinião.

Última questão: outro dia, por pedido do Executivo, do Ministério da Fazenda, o Banco Central liberou compulsório para algumas atividades com vista a dar estímulo. E eu sempre pensei que nós temos uso do compulsório para a agricultura, que liberamos o compulsório para investimentos não sei se no PAC em coisas de longo prazo, em infraestrutura. Como é que o senhor vê a liberação de compulsório? Nós temos um volume grande de compulsório; é bem verdade que grande parte dele é remunerado. Como é que o senhor veria a liberação de parte de compulsório, nem que ele tivesse que ser feito de forma forçada, para nós investirmos isso



maciçamente em educação, que é a chave do nosso desenvolvimento de médio e longo prazos?

Haveria mais questões, mas, a pedido do Presidente Lobão, não vou usar mais o tempo porque já questionei bastante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Alfredo. Com a palavra o Presidente Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Sr. Presidente.

Serei breve, porque há um grande número de questões neste momento. Vou iniciar pelas questões do Deputado Domingos Sávio.

Em relação à política econômica brasileira e à sustentabilidade, que foi um princípio que V.Exa. invocou, eu também creio que é um objetivo, certamente, que as políticas tenham ao longo do tempo efeitos que se sustentem, porque de nada adianta ter uma política com efeito fugaz que crie a semente de problema no futuro e acabe custando para a economia. Nesse sentido, creio que a política econômica brasileira hoje está extremamente sintonizada com o princípio da sustentabilidade e da prudência.

V.Exa. mencionou as iniciativas de curto prazo. Nós estamos vivendo um período de transição em que é preciso adotar algumas medidas de curto prazo, justamente para se contrapor a um cenário que foi colocado não pelo Brasil, mas num contexto global de transição, num mundo de dinheiro extremamente barato, para algo já caminhando para uma normalização, ao longo dos próximos trimestres, semestres, enfim. Então, nós precisamos estar preparados, não deixar que os riscos da transição coloquem um questionamento mais severo sobre a sustentabilidade das políticas de longo prazo.

Em relação à taxa de juros, por exemplo, tive oportunidade de, respondendo à pergunta de um colega seu, apresentar alguns argumentos por que eu entendo que nós avançamos na questão da taxa de juros estrutural da economia, que hoje é mais baixa do que foi num passado não tão distante. Tivemos a questão da prudência fiscal, que eliminou aquele risco que estava muito presente no início da década de 2000, final da década de 1990, da solvência do setor público. Então, esse risco é afastado.



Quanto à questão da vulnerabilidade externa, ainda que V.Exa. tenha mencionado o desempenho da balança comercial, nós já passamos por esse capítulo da vulnerabilidade da economia brasileira. Nós temos hoje vários aspectos que reduzem essa vulnerabilidade, entre outros, o nosso colchão de reserva de liquidez em moeda estrangeira, que dá segurança não só ao Governo, mas também aos agentes privados, às empresas e às famílias.

V.Exa., inclusive, reconheceu que houve uma tranquilidade, mas trouxe alguma restrição ao programa que foi anunciado recentemente pelo Banco Central, no dia 22 de agosto. Não se trata aqui de sair do regime de câmbio, que acho ter servido bem ao País. O câmbio flutuante protege, quando o País enfrenta um choque positivo, seus termos de troca. O câmbio tem de apreciar e aprecia. Isso é refletido. Também quando há aversão ao risco, como vimos nos últimos meses, o câmbio flutuante dá a primeira linha de proteção, mas, naturalmente, o Banco Central sempre diz que tem uma política de acumulação de reservas — quando as condições de mercado permitiam — e de intervenção nos mercados, para garantir o bom funcionamento e tirar o excesso de volatilidade que, em alguns momentos, torna a vida do cidadão comum e das empresas um tanto quanto complicada, a depender da dinâmica desse mercado.

Então, nós estamos menos vulneráveis em vários aspectos. O sistema financeiro hoje está sólido, capitalizado, enfim, e reconhecido internacionalmente como um segmento seguro e forte da economia brasileira.

Outra questão que eu mencionei em relação aos avanços que tivemos nos juros estruturais da economia, por exemplo, foi a bancarização que ocorreu na economia brasileira nos últimos anos, que pode ser vista pelo lado do crédito e pode ser vista pelo lado do acesso ao serviço financeiro. Inclusive, V.Exa. mencionou um segmento importante do sistema financeiro nacional, o sistema cooperativista de crédito, que tem ajudado nessa capilarização dos serviços financeiros nos rincões do País. Isso também ajuda a entender.

Do ponto de vista estrutural, nós hoje temos vários avanços. Estamos menos vulneráveis do ponto de vista externo e do ponto de vista fiscal. Então, essa é uma política base para que os agentes privados consigam atuar e expandir as suas atividades no período à frente. Na transição, estamos fazendo as políticas de curto



prazo para não botar a perder esses movimentos mais estruturais. E há uma agenda — V.Exa. mencionou o setor industrial — para melhorar as condições de competitividade, a produtividade do segmento. Toda essa discussão foi travada no País em relação à desoneração da folha de pagamento, à redução do custo da energia, sempre apontado como um custo relevante para o produtor nacional. Temos todo investimento na capacitação de mão de obra.

Enfim, temos todo um programa de investimento em infraestrutura logística, que certamente terá um impacto difuso e amplo sobre a economia brasileira nos próximos trimestres, semestres e anos.

Acho que, sim, a política macro é uma política de responsabilidade, do ponto de vista das finanças públicas, é uma política ativa e alerta a política monetária com o objetivo definido. Temos um arcabouço claro para todos em relação a quais são os objetivos. Creio que, sim, estamos com uma política macroeconômica, usando suas palavras, que apresenta sustentabilidade e as medidas de curto prazo para transitar nesse período de maior volatilidade.

Em relação à sua segunda observação, o REFIS dos bancos, agora estou me dando conta do que V.Exa. estava mencionando. Na MP 615 consta o objeto, as dívidas de PIS/COFINS. É uma decisão do Parlamento. Não sei o que eu teria a dizer em relação a isso.

Sobre o projeto de lei estamos à disposição. Não sei se a minha equipe já o avaliou, mas certamente estaremos engajados.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Se me permite, Presidente, sobre esse projeto de lei, eu já vi sinalizações da equipe do Banco Central de que não há nenhuma objeção. O projeto de lei realmente não muda nada no cenário, a não ser possibilitar que a cooperativa de crédito faça operações à vista, de depósito à vista, e operações triviais com as entidades públicas. O que é de interesse público é de interesse das Prefeituras e é de interesse das cooperativas de crédito, sem apresentar nenhum risco, até porque obviamente o Banco Central acompanha isso. O que está me preocupando é que, embora tenha tido parecer favorável do Relator, o projeto teve alguma dúvida, algum óbice vindo, obviamente, da área do Governo, se poderia aprovar ou não.



Nós agiremos através da Frente Parlamentar do Cooperativismo de forma diplomática para construir um entendimento para esse projeto ser aprovado. Tínhamos esperança de aprová-lo no ano passado, que era o Ano Internacional do Cooperativismo.

Deixo esse apelo a V.Exa. É o Projeto nº 100, de 2011. É um projeto singelo que beneficia o cooperativismo de crédito sem criar nenhum tipo de alteração no sistema financeiro ou qualquer outro tipo de problema.

De antemão eu já agradeço a V.Exa.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMIBINI - Muito obrigado.

Quanto às perguntas do Deputado Alfredo, vou seguir a ordem.

Em relação à política monetária, V.Exa. mencionou a sua descrença no instrumento. Temos uma divergência nesse ponto. Acho que, sim, a política monetária tem um papel para o controle da inflação, ela vem atuando nisso, tomando como base as demais políticas e a conjuntura, tanto brasileira quanto internacional. Temos atuado para assegurar o controle da inflação, trazer essa inflação para baixo, em direção à nossa meta de inflação. Estamos fazendo isso. A política funciona.

Acho que a comunicação política que antecede a própria adoção teve seus impactos. Estamos monitorando todas as variáveis domésticas e internacionais para tomar as decisões seguintes. Como V.Exa. bem sabe, o Banco Central se reúne na qualidade de Comitê de Política Monetária a cada 6 semanas.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Uma ressalva. Não é descrença. Eu tenho dúvida do efeito dela. É isso. Acho que ela é inevitável, mas penso que há altos instrumentos.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMIBINI - O.k. Muito obrigado pela qualificação.

Em relação à taxa de câmbio flutuante, eu acabava de mencionar respondendo à pergunta do Deputado Domingos Sávio, que o regime de câmbio flutuante, na nossa visão, é o regime que melhor protege a economia brasileira de choques, sejam choques coletivos, sejam choques adversos.

O Banco Central tem repetido inúmeras vezes que a primeira linha de defesa contra um choque externo é o próprio câmbio flutuante.



Naturalmente, dito isso, nós também apresentamos alguns outros princípios, por exemplo: fazer com que os mercados funcionem, fazer com que se evite volatilidade excessiva nessa variável importante. E nós anunciamos recentemente esse programa de fornecimento de proteção para assegurar que o câmbio não tenha efeitos permanentes sobre a economia real que sejam indesejáveis. Nós temos feito isso com êxito nesse período.

Em relação às reservas internacionais, acho que esse é um colchão de contenção que nos permite ter um arsenal de medidas para fornecer esse bem público, a estabilidade financeira e a estabilidade econômica para o País.

Eu diria que esse volume de reservas, que está na faixa de 15% do PIB, quando comparado com outras economias, está em um intervalo intermediário do valor de reserva em relação ao tamanho da economia. A economia cresceu, esse percentual está mais ou menos constante há algum tempo.

Então, não me parece um nível excessivo, na visão do Banco Central. E esse é um instrumento para proteger a economia, inclusive o lado real da economia. Não é para estar sentado em cima de um montante de recursos esterilizados lá no Banco Central em aplicações. Eles são efetivamente utilizados. E estamos neste momento trazendo mais tranquilidade para o lado real da economia operar nesse novo ambiente.

Em relação à atração de capitais, o Brasil, mesmo com as medidas que tomou nos últimos anos, medidas até para desacelerar um pouco esse ingresso de capitais de curto prazo... Eu tive oportunidade de falar aqui anteriormente sobre a natureza dos fluxos. Nós encontramos esse período recente de maior volatilidade com nossos fluxos de capitais com natureza diferenciada. Ou seja, mais investimento estrangeiro direto, menos portfólio, mais recurso de longo prazo, menos de curto prazo. Isso ajuda nesse momento de maior incerteza da economia global.

Mas, independentemente disso, o Brasil foi a terceira área que mais atraiu investimento estrangeiro direto no ano de 2012. Nós perdemos basicamente para China, Hong Kong, considerada uma área econômica única, e para os Estados Unidos. Está, inclusive, em uma das transparências que eu forneci aqui na prestação de contas.



Então, o Brasil tem atraído recursos de longo prazo. Enfim, acho que o que nós podemos fazer é continuar com esse enfoque de abertura em relação aos recursos estrangeiros, sempre tomando a cautela de evitar, quando a coisa está muito boa, fluxos excessivos que depois se reverterem e causam impactos na economia real. Eu acho que isso nós temos feito tanto nos últimos 2 anos quanto mais recentemente.

Essa é uma discussão muito atual que V.Exa. traz sobre segmentos do sistema financeiro que não estão sob a regulação ou fiscalização. Essa discussão está muito em pauta em função das discussões de Basileia, das lições da crise, pelas quais se aperta a regulação sobre as entidades que já estão hoje sob o manto regulatório dos bancos centrais ou dos supervisores bancários, mas sempre com risco que aqueles que ficaram de fora tenham o benefício da arbitragem regulatória.

Então, esta é uma discussão que está correndo no mundo: o *shadow banking*, o sistema que fica à margem e que pode se beneficiar de uma regulação inexistente ou muito mais branda, mais genérica. É uma discussão relevante. Eu não vou concluí-la aqui, mas certamente V.Exa. tocou em um ponto bastante relevante. Eu queria adiantar que no Brasil, pelo nosso mapeamento, esse sistema que está fora do quadro regulatório do Banco Central é relativamente pequeno comparado ao restante da economia.

V.Exa. menciona a questão da circulação de moeda estrangeira. Eu acho que é preciso realmente ser muito cauteloso nessa área. O Brasil não emite moeda estrangeira — tem lá as suas reservas, mas não é um emissor de moeda estrangeira. Então, é sempre muito perigoso permitir a livre circulação quando o país não é o emissor da moeda. Certamente nós não chegamos lá para avançar nessa direção. Enfim, poderíamos discutir bilateralmente sobre alguns dos riscos que nós vemos. Mas, certamente, há pouca chance de evoluir nessa direção, infelizmente.

Em relação ao Banco Central independente, eu acho que o Congresso tem que decidir, o Governo, enfim, tem que refletir sobre essa questão.

Sobre a troca do meio circulante, isto é algo que já vinha sendo planejado há muito tempo. Essa é uma decisão já de muito antes dessa administração. É um programa de modernização do nosso meio circulante, para melhorar os elementos de segurança e trazer também essa maior acessibilidade que V.Exa. mencionou,



porque é um elemento importante o reconhecimento tátil, o reconhecimento por meio do tamanho das cédulas. Isso certamente é algo que traz um benefício para a sociedade brasileira. Há preferências, enfim, mas o objetivo da política foi claro: trazer o benefício de aumentar a segurança, aumentar o custo, digamos, da falsificação e permitir maior acessibilidade da população à moeda brasileira.

Por fim, o compulsório é algo do Banco Central, é um recurso do próprio sistema, que volta para o sistema. Não é um recurso do Banco Central, não é um recurso público sujeito à liberdade total das autoridades, sejam monetárias, sejam de Governo. Então, é preciso ter muita cautela em relação ao uso dos depósitos compulsórios, que têm, claro, o objetivo de assegurar a estabilidade das condições de liquidez do sistema financeiro. Então, esse é o objetivo precípua da existência de compulsórios, que têm servido bem ao Brasil, que tem níveis de compulsório mais elevado do que outras jurisdições.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Presidente.

Passo a palavra, finalmente, para o Senador Suplicy. E logo após a inquirição do Senador Suplicy, rapidamente o Presidente Edinho Bez irá se pronunciar.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Prezado Presidente Edinho Bez, caro Presidente Senador Lobão Filho, prezado Sr. Diretor de Administração do Banco Central, Altamir Lopes, prezado Presidente e Ministro Alexandre Antonio Tombini, do Banco Central do Brasil. V.Exa., em demonstrações recentes aqui colocadas sobre a economia brasileira, tem tido a preocupação... Dessa vez não veio a evolução do Coeficiente de Gini de distribuição da renda. Queria estimulá-lo a sempre trazê-lo.

Mas eu agradeço se V.Exa. puder falar sobre esse tema. Não tenho visto em publicações, sejam do Banco Central, sejam do Ministério da Fazenda, sejam do Planejamento, ou mesmo em livros de economia recentes no Brasil, se há estimativa sobre como se distribuem os tipos de rendimentos: salários, juros, lucros, aluguéis, que são formas de rendimentos. Juros, para os que emprestam crédito, dinheiro; salários, a remuneração do trabalho; aluguéis, para os que recebem por alocar propriedades imobiliárias; e os lucros das empresas.



Eu pergunto se por acaso o Banco Central, as autoridades econômicas brasileiras têm uma evolução de como se distribuem salários, juros, lucros de aluguéis na economia brasileira e se isso poderia nos ajudar na análise da distribuição da renda. Felizmente, conforme V.Exa. mesmo tem nos apresentado, nesses últimos 10, 12 anos, desde 2001, 2002, o Coeficiente de Gini de desigualdade tem diminuído passo a passo, caiu de 0,59 para — o último de que eu me lembro, o mais recente — 0,519. Às vezes há diferenças conforme a base de medida do IBGE. Mas, se por acaso houver dados da distribuição da renda em épocas recentes e, presentemente, dos tipos de rendimentos, eu agradeço a informação. Se não houver, queria estimular o Banco Central a obter essa informação, porque ela é muito relevante para os economistas, e, para a população em geral, é mais um dado que, se medido de tempos em tempos, vai ajudar na análise do comportamento da economia brasileira.

Relacionado a esse tema, se V.Exa. puder nos dar e também avaliar o grau de concentração do sistema financeiro e do sistema bancário no Brasil, agradeceríamos. Nas últimas décadas, o sistema financeiro brasileiro passou por inúmeras absorções, fusões e compras de instituições financeiras, algumas maiores por outras menores, algumas acabaram tendo problemas de concordata, de falência e tudo o mais. E tudo isso faz com que nós hoje tenhamos um grau de concentração do sistema financeiro e do sistema de bancos, e assim por diante.

Eu agradeço se tiver aqui a informação mais atualizada: qual é o número hoje de instituições financeiras, correspondendo, digamos, ao número de bancos comerciais, de bancos de investimento, das próprias cooperativas de crédito, instituições eventualmente de microcrédito? Se houver, se V.Exa. puder nos dar essa informação, seria importante.

E agradeço se puder nos informar como é que V.Exa. vê o grau de concentração hoje existente, se considera bastante saudável, se por acaso avalia que isso deveria ser uma preocupação presente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, se porventura o Banco Central por vezes dialoga com os responsáveis pelo CADE relativamente a isso. Avalio que essa é uma atribuição tanto do Banco Central quanto do CADE. Imagino que os dois organismos... Se, por acaso, não está acontecendo, mas se tivéssemos uma evolução para que o sistema



bancário brasileiro se concentrasse em apenas dois, três, quatro bancos, isso obviamente seria uma preocupação, avalio, tanto do Banco Central quanto do CADE.

Agradeço se V.Exa. puder nos dizer a respeito da sua avaliação e, dentro disso, se puder nos dar uma informação sobre como está evoluindo o sistema de microcrédito no Brasil. Nós tivemos algumas vezes ao longo desses anos, e desde... Eu me lembro de visitas do criador do Grameen Bank, Muhammad Yunus, Prêmio Nobel da Paz. Ele esteve já algumas vezes no Brasil, e inclusive eu próprio assisti, no Rio de Janeiro, na sede do BNDES, a umas de suas palestras, quando conversou muito sobre o estímulo às instituições de microcrédito. E eu sei que, por exemplo, o próprio BNDES tem um setor de microcrédito, o Banco do Nordeste do Brasil tem também o setor de microcrédito, acho que é o Crediamigo, e assim por diante. Então, se puder nos dar um quadro de evolução e como considera que isso pode ser bastante saudável, agradecemos.

Agradeço se puder nos dar uma informação também sobre a evolução do balanço comercial brasileiro, pois parece que há notícias de uma evolução saudável nesses meses recentes.

E, finalmente, gostaria de lhe trazer uma preocupação que chegou a mim de servidores do Banco Central, do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central — SINAL, que em geral sempre dialogam comigo e com outros Senadores: considerando a própria relevância das funções desempenhadas pelo Banco Central, estaria, de fato, havendo um corte significativo de recurso de custeio da ordem de 70% para o último quadrimestre deste ano? Significará isso, porventura, uma diminuição dos meios de trabalho desses servidores, tais como restrições para ligações telefônicas, uso da Internet, redução do número de impressoras, diminuição substancial de viagens — inclusive, para a melhor fiscalização do sistema financeiro, o corte de terceirizados e estagiários —, entre outras medidas? Imagino que, para os servidores de carreira do Banco Central, não haveria cortes de maneira alguma, mas até para estagiários? Será que isso poderia, de alguma forma, comprometer o bom desempenho da instituição? Eu coloco essas questões como uma preocupação dos servidores que me parece saudável. Eles gostariam de obter as informações.



Eu quero cumprimentá-lo, Presidente Alexandre Tombini, pelo resultado, porque, conforme a demonstração da prestação de contas que regularmente V.Exa. aqui nos expõe, desta vez os indicadores são positivos, do ponto de vista do melhor desempenho da própria economia, do setor industrial, do setor de agricultura. Ainda hoje eu ouvi no rádio que o desempenho do setor de serviços foi muito significativo, um crescimento de 9%. Acho que eu ouvi no rádio, no caminho para o Senado hoje, que o setor de serviços, seja de transporte, seja das demais áreas, salvo engano, no semestre, apresentou um crescimento da ordem de 9%, portanto, uma recuperação bastante saudável. Pelos números que V.Exa. apresenta, tanto no âmbito da agricultura quanto no da evolução do investimento, das oportunidades de trabalho, e de maneira compatível com a recuperação da meta de inflação pelas autoridades monetárias, enfim, quero cumprimentá-lo por esse bom desempenho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Suplicy.

Passo a palavra ao Presidente Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Senador Suplicy, pelos questionamentos.

Em relação ao Coeficiente de Gini, de fato, não está na apresentação, vamos trazê-lo certamente na próxima vinda ao Congresso Nacional.

Sobre a decomposição pela ótica da renda do, digamos assim, produto brasileiro, é uma decomposição interessante. Acho que V.Exa. toca num ponto pouco explorado pelos economistas, e nós também não temos a tradição de olhar assim. Nós olhamos pela ótica do produto, agricultura, indústria e setor de serviços e, pela ótica da demanda, consumo, investimento, exportações líquidas e governo. Mas, pela ótica da renda, essa distribuição é menos olhada, e é algo importante de se ter uma noção. Eu desconfio, sem ver os números, que a parcela dos salários aumentou bastante nos últimos anos no País em relação às outras duas que V.Exa. menciona — aluguéis, na remuneração do espaço, da terra, e lucro do capital.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - E os juros.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - E os juros. Exatamente, os juros também. Eu tinha anotado aqui, mas a minha caligrafia... E os juros. Então, vamos examinar.



O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - E para o Presidente do Banco Central saber a proporção dos juros na economia brasileira é sempre um dado relevante.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Sim, pelo lado da distribuição da renda, é interessante. Vamos investir nisso. Conversava aqui, enquanto V.Exa. fazia sua formulação, com o Diretor Altamir, que conhece as nossas estatísticas como ninguém. De fato, temos condição de levantar essa distribuição, que parece interessante. Foi um bom alerta de V.Exa., vamos examinar isso. A evolução ao longo do tempo pode nos trazer algumas conclusões interessantes.

Em relação ao grau de concentração, ao número de instituições, eu não tenho aqui no momento, mas certamente temos na página do Banco Central esse contingente de instituições financeiras, todas as modalidades, inclusive cooperativas de crédito.

Só queria fazer um comentário em relação ao que V.Exa. mencionava sobre concentração. Concentração e competição, não necessariamente há um mapa perfeito entre uma e outra. Nós temos países com sistema financeiro altamente concentrado com um grau de concorrência bancária muito elevado, por exemplo, Canadá, Austrália, só para mencionar alguns. Eles têm um grau de concentração maior que outras economias, mas há muita concorrência entre as instituições.

E, no Brasil, a nossa agenda da concorrência no sistema bancário já tomava como base também essa realidade de que nós podemos ter mais concorrência ainda que o grau de concentração não se altere. Por meio do quê? Da portabilidade. Então, nós tivemos todo um desenho de políticas, ao longo dos últimos anos, para facilitar a portabilidade dos créditos, facilitar a portabilidade da conta bancária, com a criação da conta-salário, por exemplo, facilitar a portabilidade do cadastro do indivíduo, com iniciativas como Cadastro Positivo e, enfim, outras também de portar o seu próprio cadastro.

Então, o desenho das políticas, a própria criação do Cadastro Positivo, a diminuição dos limites de registro das operações de crédito no Banco Central também partem dessa premissa, que eu acho que é válida, de que, independentemente do grau de concentração, pode haver mais competição ou menos competição. Essa competição tem a ver com o custo de o cliente bancário



transitar entre instituições, com usar o seu poder de barganha, que é mudar de instituição com menores custos. Nós temos trabalhado nisso, vamos continuar trabalhando. Mas os números estão lá, eu vou pedir à assessoria que passe os quantitativos do sistema financeiro.

O Microcrédito é um programa importante. Está na faixa de 4 bilhões de reais hoje o estoque de microcrédito. Esse programa, nos últimos 12 meses, cresceu bastante, quase 40%. Tenho aqui o número: nos últimos 2 meses, período encerrado em julho, em comparação com os 12 meses anteriores, cresceu 38,6% o crédito estendido na modalidade microcrédito.

Há um direcionamento, que tem sido mais bem utilizado do que no passado. Enfim, acho que tem funcionado essa política pública de aumentar o microcrédito, inclusive com participação do BNDES, que V.Exa. mencionou. Há esse outro programa, o Crediamigo. Então, ele está evoluindo. É importante, sim, esse segmento do sistema financeiro.

Evolução da balança comercial. Tem havido revisões para baixo do saldo positivo. Mais recentemente, começamos a ter na margem saldos positivos de balança comercial. A mudança nos preços relativos, que foi objeto da nossa discussão, nesta tarde, ou valorização do dólar em relação a várias outras moedas, fazer com que isso seja de fato um *blessing in disguise*, um aspecto positivo, ou seja, que haja uma mudança nos preços relativos, controlando a inflação, o câmbio nominal se ajustando, como se ajustou, e isso vai ter repercussão sobre a balança comercial. Então, está militando no sentido de melhorar o saldo comercial à frente.

Do ponto de vista do balanço de pagamento, temos uma conta corrente que, em grande parte, mais de 80%, é financiada por investimento estrangeiro direto. Essa é a realidade que nós temos. Uma conta corrente está numa faixa de 3,4% do PIP, hoje. É algo financiável.

Há muita discussão aí fora de que o Brasil estaria com a conta corrente abrindo. Não é a realidade. Nossa conta corrente ampliou um pouco o déficit em relação ao passado, mas é natural que o Brasil seja um absorvedor de poupança externa, que é, digamos, a contra face do déficit em conta corrente, mas em níveis manejáveis, e 3,4% do PIB é um nível manejado. Como eu disse, mais de 80% financiado pelo investimento estrangeiro direto. E essa realidade continua.



Em relação ao seu último ponto, estamos, sim, fazendo ajustes. No meio do processo de ajustes, o orçamentário, atendendo a uma decisão do Governo, do Decreto nº 8.062, de 29 de julho de 2013, e da Portaria nº 268, de 30 de julho de 2013.

Então, posso lhe assegurar algumas questões. Por exemplo, a questão de que os trabalhos de fiscalização em nada são afetados por esse corte. É uma preservação do orçamento na fiscalização. Por exemplo, é um dos pontos de preocupação levantados. Certamente nós temos a preocupação de acompanhar esses ajustes. Ninguém gosta de cortes, naturalmente. Nós temos um comitê de acompanhamento; um nível mais técnico de funcionários do Banco Central em todas as unidades do banco. Eles estão acompanhando diariamente a evolução desse processo. É um canal de comunicação com o funcionalismo. E temos um nível estratégico, coordenado pelo Diretor de Administração, Diretor Altamir, um outro Diretor e o Secretário Executivo, que também me relatam, reportam-me a evolução do acompanhamento disso.

Certamente, apesar de ninguém gostar de cortes, e de nós termos procurado de preservar todas as nossas atividades, sempre há um momento que eu acho que o servidor tem que utilizá-lo como oportunidade, para tornar a instituição mais eficiente ainda, tirando eventuais redundâncias excessivas.

Claro que num órgão como o Banco Central, por se deparar com problemas complexos — no dia a dia sempre surgem novos problemas —, nós temos que ter um nível de redundância, temos que ter pessoas pensando mais livremente dentro das nossas responsabilidades, mas, naturalmente, sempre uma situação de ajuste é também uma situação de oportunidade de tornar a nossa instituição ainda mais eficiente.

Então, é uma preocupação nossa, do Diretor Altamir, do Presidente. Certamente nós temos uma governança já estabelecida para acompanhar esse processo, e vamos receber, sim, temos recebido, os subsídios, as considerações do funcionalismo e também por meio do sindicato.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, o Presidente do Banco Central, o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, o Deputado Edinho Bez e o Dr. Altamir Lopes precisam saber dos fatos importantes que afetam a vida



da Nação. Um deles é a decisão que acaba de ser dada, não sei se V.Exa. já soube: o Ministro Celso de Mello reconheceu os embargos infringentes. Só para o Presidente do Banco Central também ficar sabendo. Isso foi há poucos instantes, e o Presidente estava no meio da sua exposição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Passo a palavra agora ao Deputado Edinho Bez, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Cumprimento o Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Senador Lobão Filho, que também preside esta audiência pública juntamente com os demais colegas e Presidentes de inúmeras Comissões aqui presentes.

Quero cumprimentar o Presidente do Banco Central do Brasil, Alexandre Antonio Tombini, o Diretor de Administração do Banco Central, Altamir Lopes, os demais Diretores e os demais auxiliares do Banco Central aqui presentes.

Peço a compreensão de vários colegas. Eu havia feito várias perguntas, o Presidente é testemunha, mas tive que mudá-las, porque, à medida que os colegas foram falando, mataram os meus questionamentos e perguntas, mas fiz alguns riscos, e há algumas repetições. Serei bastante breve.

A pergunta que faço ao Presidente do Banco Central é a seguinte: qual a possibilidade de o Banco Central interferir junto aos bancos e às administradoras de cartão de crédito para diminuir o custo — juros, taxas, etc. —, uma vez que, apesar de ter diminuído, ainda é muito alto, levando em consideração o índice de inflação e que muitos clientes se encontram com dificuldades de honrar os seus compromissos?

Fiz aqui um resumo em que eu falo muito sobre isso. Pergunto se diminuiu o índice de cheques devolvidos por insuficiência de fundos. Os cheques sem provisão de fundos prejudicam a nossa economia, causam transtornos à população, de um modo geral, e desclassificam a credibilidade do próprio cheque, respirando no sistema bancário brasileiro e na nossa própria economia. Pergunto se vem diminuindo o índice de cheques devolvidos.



A questão do dólar e do câmbio já foi falada, e seriam outras perguntas.

Para encerrar: Qual o valor do saldo de depósito compulsório que nós temos hoje no Brasil administrado pelo Banco Central?

No mais, eu quero parabenizar o Presidente por ter vindo mais uma vez a esta Comissão, por ter aceitado o nosso convite. Também temos consciência de que se trata de uma pessoa e de uma equipe, não somente do Presidente, que vêm desenvolvendo um bom trabalho frente ao Banco Central, que nos dá segurança.

Temos alguns problemas, nem sempre depende do Banco Central, mas há que se reconhecer o trabalho do Presidente, da Diretoria e de todos os colaboradores frente ao Banco Central, embora não tenha condições de agradar a todos, nem a mim, 100%. Sei da complexidade, porque também tenho intimidade com esse assunto.

Parabéns. Também nos colocamos à disposição aqui, no Congresso Nacional, e na qualidade de Presidente da Comissão Financeira de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Edinho Bez.

Antes de encerrar, eu gostaria de passar a palavra, para as últimas considerações, ao Deputado Guilherme Campos.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Obrigado, Sr. Presidente Lobão Filho.

Quero parabenizar o Presidente Alexandre Antonio Tombini pela condução do Banco Central e, primeiro, me desculpar pela indelicadeza de não estar presente durante toda a reunião.

Quero fazer duas considerações, Sr. Presidente. Caso elas tenham sido abordadas e respondidas pelo Presidente, sinto-me satisfeito.

A primeira é a respeito da tarifa da energia elétrica. Nós tivemos uma mudança de metodologia na cobrança de tarifa, que representou, efetivamente, uma diminuição da tarifa para o consumidor final na ponta, quer seja pessoa física quer seja pessoa jurídica. Agora, todo esse ganho tem sido comprometido pela utilização cada vez maior de térmicas, em função da seca e do baixo nível dos reservatórios.



O Banco Central já está prevendo esse impacto de aumento de tarifa nas contas de luz, nas projeções de inflacionárias futuras da conta de energia?

A segunda consideração é a respeito dos meios de pagamentos eletrônicos. Nós temos uma participação muito forte nessa área. O Banco Central tem olhado com muito carinho para essa atividade da economia.

Esta consideração já foi colocada para os senhores do Banco Central: os meios eletrônicos de pagamento dos cartões de benefício alimentação e refeição, que correm soltos no mercado. Por iniciativa nossa, há um projeto de lei para que também sejam fiscalizados pelo Banco Central.

São essas a minhas duas considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sr. Presidente, também as suas últimas considerações, respondendo aos dois nobres Parlamentares.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Sr. Presidente, em relação às perguntas do Exmo. Deputado Edinho Bez, primeiro sobre a possibilidade de o Banco Central trabalhar a questão dos *spreads*, das tarifas, do cartão de crédito, acho que essa é uma questão que nós temos na nossa agenda de trabalho. Já temos medidas tomadas num período não muito distante — eu tive a oportunidade de trabalhar em várias delas como diretor de regulação —, mas é uma agenda contínua, ou seja, nós temos que continuar evoluindo nesse conjunto de medidas.

Por exemplo, portabilidade é algo que sempre nos preocupa. Eu mencionava agora ao Senador Suplicy que é um dos segmentos em que nós sempre podemos evoluir, no sentido de aumentar a concorrência, qualquer que seja a configuração do sistema financeiro. É permitir que o cliente bancário se movimente entre instituições nas suas diversas linhas, tanto na questão dos depósitos e investimentos nos bancos quanto na tomada de recursos. Então, é uma agenda que está aí.

Em relação aos cartões de crédito, essa MP 615 contém uma série de novas atribuições na questão dos meios eletrônicos de pagamento. O Deputado Guilherme Campos também fazia menção a isso. Certamente, uma vez sancionada essa nova lei, o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional terão 180 dias para regulamentá-la, algo muito importante pela própria capacidade de disseminação de serviços financeiros com o uso dos meios eletrônicos, um uso com maior segurança.



No momento em que o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central regulamentarem essa matéria, num nível infralegal, depois de V.Exas. terem aprovado essa nova lei que está aguardando sanção, certamente isso dará um quadro de maior segurança para investimentos nessa área. Vai ajudar nessa combinação da tecnologia com o sistema financeiro.

Então, é mais um segmento que vai trabalhar no sentido de aumentar a competição no sistema. Vamos trabalhar nisso nos próximos meses, uma vez sancionada essa nova lei.

Em relação ao cheque sem fundo que o Deputado Edinho Bez mencionava, a participação...

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Vem diminuindo?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Vem diminuindo. Eu acabei de receber os dados, eu não os tinha de memória. Entre janeiro e julho, caíram de 6,35% dos cheques compensados para 6,25%, uma queda de um décimo de percentagem. Dado o volume, é uma queda não desprezível; tem caído nesse período mais recente.

Em relação aos depósitos compulsórios, nós temos algo entre 350 e 360 bilhões de reais de depósitos compulsórios hoje depositados no Banco Central do Brasil.

Então, para finalizar, Deputado Guilherme Campos, em relação aos meios de pagamento, é algo que nós temos discutido com as equipes do Banco Central — V.Exa. mencionou isso. Acho que a regulamentação dessa nova lei será um momento importante para avançar na regulação, avançar, por exemplo, no processo de disseminação dos serviços financeiros. Eu acho que esse é um potencial muito grande que se abre com essa nova regulação. E nós vamos trabalhar para dar segurança a esses novos meios, que já existem, mas agora vão ser enquadrados num novo marco regulatório infralegal, dando mais segurança a esse processo.

Sobre tarifa de energia — V.Exa. menciona que houve um impacto sobre o preço do consumidor e para as empresas —, como em qualquer outro preço da economia, em havendo informação, nós tentamos projetar isso à frente. Não me recordo de nada específico em relação à tarifa de energia elétrica, a não ser os



impactos desse programa de desoneração, que foi estimado em torno de 15% a 20% no nível do IPCA. Acho que esse é o número que nós temos para o ano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito bem. Muito obrigado ao Presidente do Banco Central, Sr. Alexandre Tombini, bem como aos seus diretores, aqui representados pelo Sr. Altamir Lopes, Diretor Administrativo, e a toda a sua equipe.

A interação com esta Comissão foi extremamente profícua, importante, de alto nível, e certamente irá contribuir não só para a formação de opinião dos nobres Parlamentares, mas para todo o País, com as informações que foram aqui divulgadas.

Então, agradeço aos Parlamentares presentes.

Encerro esta audiência pública comunicando que vamos dar 5 minutos para que possam ser trocados os *tapes* de gravação. Em seguida, daqui a 5 minutos, reiniciarei uma nova reunião desta Comissão.

Muito obrigado.